



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

54ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (AUDIÊNCIA PÚBLICA) REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2011.

Às quinze horas e vinte e oito minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e onze, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Anexo II, Plenário 06 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Celso Maldaner - Vice-Presidente; Alceu Moreira, Beto Faro, Bohn Gass, Carlos Magno, Domingos Sávio, Edson Pimenta, Francisco Araújo, Hélio Santos, Jesus Rodrigues, Josias Gomes, Luis Carlos Heinze, Marcon, Moacir Micheletto, Nelson Padovani, Paulo Cesar Quartiero, Paulo Piau, Reinaldo Azambuja, Reinhold Stephanes e Vitor Penido - Titulares; Afonso Hamm, Diego Andrade, Edinho Araújo, Heuler Cruvinel, Onofre Santo Agostini, Onyx Lorenzoni, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Dorner, Ságua Moraes e Valdir Colatto - Suplentes. Compareceu também o Deputado Jerônimo Goergen, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Abelardo Lupion, Arthur Lira, Assis do Couto, Davi Alves Silva Júnior, Dilceu Sperafico, Heleno Silva, Homero Pereira, Jairo Ataíde, José Nunes, Josué Bengtson, Leandro Vilela, Lira Maia, Luiz Nishimori, Moreira Mendes, Nilton Capixaba, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Vander Loubet, Zé Silva e Zonta. Justificou a ausência o Deputado Dilceu Sperafico. Assumindo a Presidência, o Deputado Celso Maldaner declarou abertos os trabalhos, cumprimentou a todos e esclareceu que a reunião se destinava a "Avaliar as dificuldades econômicas por que passam os rizicultores e propor alternativas de política agrícola para elevação dos preços recebidos pelos produtores de arroz". Prosseguindo, o Presidente esclareceu as regras para os trabalhos, informou que a lista de inscrições para os debates estava à disposição dos Senhores Deputados e convidou para comporem a mesa os Senhores: José Carlos Vaz - Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Gilson Alceu Bittencourt - Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do MF; Silvío Porto - Diretor de Política Agrícola e Informações da CONAB; Cláudio Fernando Brayer Pereira - Presidente do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) e Representante da Secretaria de Agricultura do RS; Antoninho Rovaris - Secretário de Política Agrícola da CONTAG; Francisco Lineu Schardong - Presidente da Comissão do Arroz da FARSUL e Presidente da Câmara Setorial de Arroz do MAPA; Elton Doeler - Presidente do Sindicato das Indústrias de Arroz do RS - SINDARROZ e representante da ABIARROZ; Maury Santos Júnior - Presidente do Sindicato da Indústria do Arroz do Estado de Santa Catarina - SINDARROZ; Vanir Zanatta - Presidente da Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado e representante da OCESC; e Renato Caiaffo da Rocha - Presidente da Federação das Associações dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul - FEDERARROZ. Prosseguindo, o Presidente passou a condução dos trabalhos ao Deputado Afonso Hamm, coautor do requerimento 46/2011- CAPADR, que concedeu a palavra aos senhores expositores: Renato Caiaffo da Rocha, Vanir Zanatta, Elton Doeler, Francisco Lineu Schardong, Antoninho Rovaris, Cláudio Fernando Brayer Pereira, Gilson Alceu Bittencourt, José Carlos Vaz e Silvío Porto. Em seguida, o Presidente cedeu a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, coautor do requerimento nº 46/2011e, obedecendo a lista de inscrições para os debates, concedeu a palavra aos deputados: Valdir Colatto, Marcon, Luis Carlos Heinze, Jerônimo Goergen e Alceu

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0872/11	DATA: 28/06/2011
INÍCIO: 15h28min	TÉRMINO: 19h27min	DURAÇÃO: 03h58min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h58min	PÁGINAS: 94	QUARTOS: 48

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RENATO CAIAFFO DA ROCHA – Presidente da Federação das Associações dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul — FEDERARROZ.

ELTON DOELER – Presidente do Sindicato das Indústrias de Arroz do Rio Grande do Sul — SINDARROZ e representante da ABIARROZ.

FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Presidente da Comissão do Arroz da FARSUL e Presidente da Câmara Setorial de Arroz do MAPA.

ANTONINHO ROVARIS – Secretário de Política Agrícola da CONTAG.

CLÁUDIO FERNANDO BRAYER PEREIRA – Presidente do Instituto Riograndense do Arroz — IRGA e Representante da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul.

GILSON ALCEU BITTENCOURT – Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

JOSÉ CARLOS VAZ – Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA.

GILSON ALCEU BITTENCOURT – Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

SÍLVIO PORTO – Diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB.

SUMÁRIO: Avaliação sobre as dificuldades econômicas por que passam os rizicultores e discussão de propostas alternativas de política agrícola para a elevação dos preços recebidos pelos produtores de arroz.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

Há oradores não identificados em breves intervenções.

Há palavra ininteligível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Senhoras e senhores, boa tarde.

Declaro aberta a reunião de audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, convocada para avaliar as dificuldades econômicas por que passam os rizicultores e propor alternativas de política agrícola para a elevação dos preços recebidos pelos produtores de arroz.

Esta audiência pública foi proposta pelos Deputados Afonso Hamm, PP do Rio Grande do Sul, e Onyx Lorenzoni, Democratas do Rio Grande do Sul.

Foram convidados para participar desta audiência pública os Srs. José Carlos Vaz, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA; Gilson Alceu Bittencourt, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Sílvio Porto, Diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB, Cláudio Fernando Brayer Pereira, Presidente do Instituto Riograndense do Arroz — IRGA e Representante da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul; , Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da CONTAG; Francisco Lineu Schardong, Presidente da Comissão do Arroz da FARSUL e Presidente da Câmara Setorial de Arroz do MAPA; Elton Roberto Weber, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul; Elton Doeler, Presidente do Sindicato das Indústrias de Arroz do Rio Grande do Sul — SINDARROZ e representante da ABIARROZ; Maury Santos Júnior, Presidente do Sindicato da Indústria do Arroz do Estado de Santa Catarina — SINDARROZ; Valdir Zanatta, Presidente da Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado e representante da OCESC; Renato Caiaffo da Rocha, Presidente da Federação das Associações dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul — FEDERARROZ; Genor Luiz Faccio, Presidente da Associação dos Arrozeiros do Estado de Roraima; Maurício Mondo, Presidente da Associação Catarinense dos Produtores de Sementes de Arroz Irrigado de Santa Catarina; Maurício Borges, Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos — APEX-Brasil; Rui Carlos Otoni do Prado, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso — FAMATO.

Convidamos ainda o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério de Minas e Energia.

Convido os Srs. José Carlos Vaz, Gilson Alceu Bittencourt, Sílvio Porto e Renato Rocha para tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

Convido os Srs. Antoninho Rovaris, Francisco Lineu Schardong, Elton Doeler, Maury Santos Júnior, Valdir Zanatta, e Cláudio Fernando, para tomarem assento na primeira bancada aqui da frente.

Informo aos Parlamentares que os expositores terão o prazo de dez minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar quaisquer dos presentes.

Antes de passar a palavra aos palestrantes, eu gostaria neste instante de convidar, para presidir os trabalhos, o nosso Deputado Afonso Hamm. Foi ele que requereu esta audiência pública tão importante sobre este assunto, o Luis Carlos Heinze e tantos outros colegas, que está sendo discutido há tanto tempo, já, nos Ministérios da Agricultura e da Fazenda. Eu quero parabenizá-lo por essa iniciativa, junto com o Deputado Onyx Lorenzoni, acho tão importante para o Rio Grande do Sul, e também para Santa Catarina e Paraná.

Eu gostaria que o Afonso presidisse esta sessão tão importante para os rizicultores, também, Moacir Micheletto, Valdir Colatto, e outros colegas que estão aí. Gostaria de passar, então, a palavra ao Afonso Hamm, para presidir esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Cumprimento todos os nossos convidados e aqueles que têm, inclusive, a incumbência, nesta audiência pública, de fazer as suas exposições. E também queremos agradecer a alguns convidados e a todas as lideranças e representações que nós temos aqui neste momento as presenças, uma vez que têm interface direta com o segmento da cadeia produtiva do arroz.

Quero inicialmente, cumprimentando o Celso Maldaner, que é nosso Vice-Presidente desta Comissão, estender os cumprimentos, também, a todos os membros da nossa Comissão de Agricultura e falar da iniciativa de solicitar esta audiência pública, na medida em que nós todos estamos acompanhando, não de curto espaço de tempo, mas já, de certa forma, há algum tempo — e nós vamos aqui poder relatar —, as adversidades, e a adversidade crítica, em especial no que se refere ao produtor de arroz, à remuneração, à condição de preços que nós buscamos e que, no mínimo, pudéssemos chegar a uma remuneração indicada pelos instrumentos de política agrícola, que é a condição da lei, inclusive de preços mínimos.

Mas, efetivamente — inclusive os números e as próprias instituições aqui vão relatar —, nós tivemos, em especial em meados, mais especificamente a partir de setembro do ano passado, portanto, no meio da safra, da comercialização da safra passada, um decréscimo muito grande nos preços, e tivemos o início da safra. Em consequência, tivemos os instrumentos de comercialização sendo anunciados e, inclusive, tivemos os últimos anúncios feitos ainda ontem.

E com os movimentos em todo o Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em alguns Estados produtores, também, tivemos a oportunidade, junto com o Deputado Luis Carlos Heinze, na minha cidade de origem, Bagé, onde fiz liderança classista do setor, porque fui tesoureiro da Associação dos Arrozeiros, como produtor, fui vice-presidente daquela Associação e presidi a nossa Associação dos Arrozeiros por alguns anos, no Município de Bagé, e, também a FEDERARROZ — quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar o Presidente Renato Rocha —, a nossa Federação, além de ter sido criada e instituída lá no Município de origem, lá no Município de Bagé, no conjunto de um grande encontro, quando, na época, o IRGA organizava as políticas, como hoje tem o seu papel de contribuição, e eu também tive a felicidade de, durante alguns anos, ocupar a função de diretor técnico, como engenheiro agrônomo e como técnico, dessa instituição Federação...

Portanto, em épocas em que, inclusive, não estava na condição de Deputado Federal... Depois tive a felicidade de assessorar por quatro anos o ex-Ministro da Agricultura de reconhecida competência — e aqui estão muitos colegas meus de Ministério — Pratini de Moraes, o que nos deu uma experiência, inclusive tivemos a oportunidade de trabalhar justamente na busca de soluções, encaminhamentos e construção de políticas para o setor de agropecuária, muitas delas seguidas por vários dos Ministros e quadros que nos sucederam.

Aqui estão presentes os secretários e sabem que temos tido agregações e busca efetiva para melhorar a condição de suporte à produção, ao financiamento, ao crédito, às políticas de comercialização e à efetividade de acesso ao mercado.

Quero dizer que o Deputado Onyx Lorenzoni também se somou à iniciativa, na condição de coautor. Naturalmente, considero que os Deputados Luis Carlos Heinze, Valdir Colatto e tantos outros que aqui estão, também são proponentes, pois todos aprovamos o requerimento para a realização desta audiência pública.

Conversávamos com as entidades e representações ao fazermos os convites durante a semana e sentimos que este é o momento oportuno para debatermos os

últimos anúncios.

Está aqui o Secretário de Política Agrícola José Carlos Vaz, que representa o Ministério da Agricultura, está aqui também o Dr. Gilson Bittencourt, que representa o Ministério da Fazenda e a Secretária de competência, que fez anúncios na semana passada.

Está na Mesa, também, o Renato Rocha, meu colega engenheiro agrônomo formado na UFPel, Universidade Federal de Pelotas, Faculdade Eliseu Maciel. Somos colegas. Entramos e saímos juntos daquela instituição.

Também presente o Cláudio Pereira — amigo “batatinha”, como é conhecido —, produtor de arroz e hoje Presidente do IRGA.

Já foram citadas todas as autoridades e quero agradecer a todos pela presença.

Devo dizer que há muito tempo vimos fazendo esse estudo aprofundado em relação ao diagnóstico, à situação e à tomada de providências.

Entendemos que uma audiência pública com essa dimensão, com tão significativas presenças e neste momento é de absoluta responsabilidade.

Vamos coordenar os trabalhos aqui disciplinando o tempo, para que possamos ser objetivos.

E também queremos tirar alguns encaminhamentos, em razão exatamente das contribuições dos representantes e das manifestações, naturalmente, dos nossos colegas Deputados.

E quero agradecer a presença a todos os Parlamentares presentes, cujos nomes vou declinando nos intervalos das falas, para prestigiarmos a presença e a atuação de cada Parlamentar nesta audiência pública.

Para melhor entendimento de todos, concederemos um tempo um pouco maior à FEDERARROZ, para que inicialmente nos apresente um relato sobre a condição atual do setor.

Depois, teremos a representação de Santa Catarina, as entidades, o segmento da indústria, as entidades — FARSUL, FETAG, CONTAG e demais federações, também a Organização das Cooperativas— e, ao final, teremos a fala e os encaminhamentos dos órgãos de estabelecimento de políticas para o setor do arroz no Governo Federal.

Está também presente a APEX – Agência de Promoção às Exportações, nas pessoas de Alberto Bicca e Soraya Brum. Vamos também oportunizar o uso da palavra

aos representantes da APEX, pois também é um caminho importante a pauta das exportações. Na medida em que houver espaço e oportunidade, em função do debate, quando chegarmos ao tema, vamos conceder-lhes a palavra.

Vamos disciplinar bem o tempo para que possamos realizar esta audiência pública com bastante objetividade.

Os relatos estão sendo gravados. Estamos secretariando esta reunião para que tenhamos um maior poder de síntese ao fazer os encaminhamentos com conclusões ao final desta audiência pública.

Com a palavra, por 25 minutos, com tolerância de mais 5 minutos, se houver necessidade, ao Sr. Renato Caiaffo da Rocha, também meu colega no Colégio Auxiliadora, no Município de Bagé.

Estou cercado de colegas daquela época e não imaginava que hoje estaríamos juntos buscando soluções — e nós vamos encaminhá-las — para o setor de arroz.

Com a palavra o Presidente da FEDERARROZ.

O SR. RENATO CAIAFFO DA ROCHA - Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Deputado Afonso Hamm, que está coordenando os trabalhos, coautor do requerimento para realização desta audiência pública, junto com o Deputado Onyx Lorenzoni. Quero também cumprimentar o Deputado Celso Maldaner, que preside esta Comissão, estendendo esses cumprimentos aos Deputados Federais Luis Carlos Heinze, Jerônimo Goergen, Valdir Colatto, Elvino Bohn Gass, Paulo Cesar Quartiero, enfim, a todos os Deputados que nos acompanham.

Quero saudar os componentes desta Mesa, o Gilson Bittencourt, do Ministério da Fazenda; José Carlos Vaz, Secretário de Política Agrícola; Cláudio Brayer Pereira, do IRGA; amigo Francisco Leonel Chardon, da FARSUL, que também preside a Câmara Setorial; Elton Doeler, que preside o SINDARROZ; Sílvio Porto, Diretor da CONAB; e também os representantes das demais entidades.

Registro, em especial, a presença do Zanatta, que representa o setor do arroz de Santa Catarina, e dos meus Vice-Presidentes, Henrique Dornelles e Daire Coutinho, respectivamente de Alegrete e Camaquã, dos produtores e produtoras presentes e a imprensa que está nos prestigiando.

Quero antecipadamente agradecer aos Deputados Afonso Hamm e Onyx Lorenzoni, assim como aos demais Deputados que participaram do trabalho de

mobilização política realizado na semana passada em Porto Alegre, quando nos foi confirmada esta audiência.

E aqui estamos na tentativa de externar aos senhores e senhoras o que vem acontecendo e por que estamos nessa situação de hoje no setor do arroz, em meio a essa crise nacional que está fazendo com que o Governo intervenha seguidamente, lançando pacotes com várias medidas.

Peço licença para fazer a minha apresentação aqui ao lado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esse é o título, o objetivo desta audiência pública: *“Avaliar as dificuldades econômicas por que passam os rizicultores e propor alternativas de políticas agrícolas para a elevação dos preços recebidos pelos produtores de arroz.”*

Esse gráfico demonstra — são dados do CEPEA/ESALQ — o preço de arroz desde 1º de março de 2010, a partir de quando os preços entraram em fase de declínio.

Chegamos aqui a junho de 2011. Isso justifica a intervenção do Governo neste momento, uma forte intervenção. Mas é preciso que analisemos o porquê disso.

Estamos hoje nessa safra e com este custo: coincidentemente 29 e 20. Aqui está o preço mínimo e o preço médio de mercado hoje.

Vamos fazer uma análise sobre por que chegamos a essa situação. Chegamos ao preço mínimo em outubro do ano passado, e o preço veio caindo, mesmo com a quebra da safra passada.

Então, rapidamente, para melhor compreensão, na safra 2009/2010 tivemos um dano considerável nas lavouras. Aqui algumas fotos que registram os prejuízos na safra passada.

Tivemos um prejuízo, o setor produtivo, de 1,3 milhão de toneladas, fruto do clima — das enchentes, principalmente — e um dano econômico de 1 bilhão de reais, se considerarmos a perda econômica e de infraestrutura nas propriedades.

E também houve dano social. Segundo dados do último censo do IRGA, houve demissão mais de mais de 50 mil pessoas que dependem direta ou indiretamente da atividade da rizicultura, só no Rio Grande do Sul.

Fizemos 20 viagens a Brasília nesse período, entre dezembro de 2009 a dezembro de 2010, em busca de medidas para socorrer os produtores e para evitar que aquele preço que estava em 29 e 30 caísse a patamares como o do ano passado. E por que esse

preço caiu?

Temos aqui fotos já com o Ministro da época, Reinhold Stephanes; Giles Azevedo, que, na época, era o adjunto da Casa Civil — a então Presidente Dilma era Ministra da Casa Civil; depois, com o Ministro Wagner Rossi, que está até hoje na Pasta; e aqui vemos o momento em que ele chamou toda a cadeia produtiva aqui em Brasília

Nós fizemos vinte viagens, e o que conseguimos, em termos de mecanismos, senhores? Zero. Nenhum mecanismo foi colocado na safra passada para segurar o queda de preço. Por isso, o preço caiu. Embora com uma quebra de 1,3 milhões de toneladas, caiu; não houve nenhuma intervenção governamental na safra passada.

E aqui nós temos um dado que mostra isso. Apoio do Governo à comercialização, ano-safra março a fevereiro. Vejam aqui, da safra 1999/2000 até a 2009/2010: DEP, AGF, PROP, opções, repasse de compra: zero. Nenhum mecanismo foi colocado à disposição. Então, mesmo com a safra quebrando, de 1.3 milhões de toneladas, o preço caiu. O Governo poderia ter feito uma intervenção, ter assegurado melhor preço ao produtor. Por isso, aquele preço caiu, mesmo com a quebra de safra.

Vejam a intervenção que vem sendo feita nos últimos anos. Aqui, vemos o total de apoio: na safra de 2008/2009, quase 700 milhões de reais. Na safra de 2006/2007, 1,77 bilhão; na safra 2005/2006, 1 bilhão de reais, e por aí vai.

Então, isso se explica: ao contrário do ano passado, este ano o Governo está intervindo com expressivo volume de recursos, porque deixou o preço cair lá embaixo. Agora, para recuperar, não é fácil.

Existem outras forças também que determinam esse preço. O que nós conseguimos em Brasília, senhores? Apenas um programa de investimento, que foi utilizado como ajuda emergencial aos produtores — não é recurso para comercialização, nem é recurso de graça, é financiamento —, e um PEP no fim do ano, que não teve influência nenhuma no ano-safra passado, porque o prazo dele para escoamento se deu nessa safra. Então, tivemos zero de mecanismo na safra 2009/2010.

Por que os preços caíram? Porque faltou mecanismo de comercialização.

Citarei alguns dos fatores mais importantes.

Fator cambial: o câmbio foi e continua ainda sendo mais favorável às importações e desfavorável às exportações, tanto que fechamos o ano-safra com importação de mais de 1 milhão de toneladas e exportação de apenas 627 toneladas. Caiu de 900 mil

toneladas para 600 mil toneladas.

Revisão da classificação do arroz: causou perdas na qualidade e na comercialização apenas para o setor produtivo, além da perda decorrente do clima. E eu chamo a atenção dos senhores: houve produtores que perderam 50%, 60% e até 100% de sua lavoura, e ainda tiveram perdas, no momento de comercializar seu produtos, que variaram de 8% até 15% em arroz seco e limpo. Então, os preços caíram para o produtor, mas não para o consumidor. Isso aconteceu no ano passado, e este ano acontece de novo.

Quais foram as consequências ao setor produtivo? É bom entendermos, porque isso se agravou nesta safra. Carregamento dos EGFs. O produtor fez EGF em março; a 29 reais, 30 reais, estava o arroz. E depois, no fim do ano, quando foi pagar, o arroz estava a 22 reais, 23 reais, não teve produto suficiente para pagar os EGFs. Havia expectativa de valorização no segundo semestre; como quebrou a safra. Só no Banco de Brasil foram 150 milhões de reais de EGFs, carregamento e estoque. Então, o produtor não teve que pagar; a metade, pelo menos, do Banco do Brasil, foi adiado.

Também tivemos prorrogação de custeio e investimento nos bancos porque o pessoal que teve quebra na sua safra ocasionada pelo clima teve que fazer a prorrogação de custeio desse investimento em duas, três, quatro, cinco safras. Então, carregou isso aqui também.

Carregamento de dívidas com fornecedores; dificuldade de acesso ao crédito da nova safra; aumento da classificação de risco; redução da capacidade de pagamento e garantias. Esse foi o problema do acesso ao crédito da safra deste ano. Crédito mais caro e antecipação da oferta na safra seguinte. Foi o que aconteceu nesta safra. Como o produtor saiu praticamente do crédito rural, muitos produtores tiveram que vender antecipadamente a sua safra.

Este aqui é o desequilíbrio das margens da cadeia. Já aconteceu pelo menos três vezes. Aqui, temos bem claro: em azul, o preço ao produtor; quando o preço baixa para o produtor, nem sempre baixa para o consumidor. Isto aqui foi em 2001. Vejam aqui: em 2008, caiu para o produtor e se manteve para o consumidor. E, no ano passado, novamente: o preço veio a 25,50 e seguiu na faixa de 2 reais para o consumidor. Alguém ficou com a margem, e não foi o produtor. Este ficou com prejuízo, e o consumidor continua pagando caro pelo produto.

Aqui mostramos dados do DIEESE: em doze ou treze capitais, no ano passado, o

preço médio do arroz era 1 real e 95 centavos, nos 5 primeiros meses do ano, de janeiro a maio. Vejam que, com toda a queda de preço, o arroz continuou com o mesmo preço.

No gráfico de agora, de janeiro a maio de 2011, o preço baixou para 1 real e 80 centavos, uma queda em torno de 6%, 7%, no máximo 8% para o consumidor, mas o produtor baixou quase 40 %.

Por que estamos trazendo para cá a classificação do arroz? Porque além de do mercado e do clima, que afetam a produção, porque a indústria é a céu aberto, temos também a revisão da Portaria nº 269, de 1988, que foi longamente discutida e que resultou numa nova classificação do arroz, chamada IN 06, em 2009, e que, depois, sofreu uma revisão, passando pela IN 11, e hoje, IN 12. E quem está pagando isso, senhores, é o setor produtivo.

E queremos fazer uma análise, rapidamente, porque estamos pedindo a revogação dessas INs. Quais são as justificativas da revogação das INs? Constantes mudanças. As próprias mudanças que já tivemos, de IN 06, IN 11 e IN 12 significa que a classificação, a revogação, essa nova medida não é perfeita. A todo momento é preciso fazer uma nova avaliação e uma flexibilização.

Então, as constantes mudanças significam que ela não está aprovada pela cadeia. O setor industrial não consegue cumpri-la. Temos casos de algumas indústrias; o Ministério Público do Consumidor foi ao supermercado ver, e não está fechando a qualidade que está informada na embalagem com o que há dentro do pacote. Inclusive, abriram vários inquéritos para investigar. E pequenas, médias e grandes indústrias que têm poder econômico, alta tecnologia em beneficiamento também não conseguem cumprir a exigência dessa qualidade que a norma impõe. O consumidor está sendo lesado ao comprar um produto por uma qualidade que está estampada, e, internamente, vem outra qualidade.

A perda econômica na comercialização e na dificuldade de acesso ao mecanismo de comercialização do setor produtivo: o produtor hoje, senhores, só pode participar dos leilões de opções com o arroz tipo 1; arroz tipo 2 não pode. E há casos de milhares de produtores que tiveram seu produto rebaixado de tipo, para tipo 2 e estão excluídos dos contratos de opção. Nós já fizemos até uma demanda à SPA nesse sentido.

Nós já tivemos reuniões no DIPOV, nos dias 22 de fevereiro e 5 de abril, e, apesar do compromisso do DIPOV, que é ligado ao MAPA, de fazer um estudo para verificar o que apresentamos, não fez esse estudo, passou o tempo e o produtor continua pagando

essa conta.

O resultado de tudo isso é que nos últimos 21 anos houve 14 anos de prejuízo ao produtor. Entre o custo de produção e o valor médio que foi comercializado, o setor contabiliza quase 70% de prejuízo, nesse período de 21 anos, o que resulta em endividamento.

Safra 2010/2011. Na realidade, foi a maior safra da história do Rio Grande do Sul. Nós chegamos a quase 9 milhões de toneladas, só no Rio Grande do Sul. A última maior safra tinha sido em 2008, 8 milhões de toneladas. Tivemos a maior safra do Brasil: 13,9 milhões de toneladas, o que vai gerar um estoque de passagem, depois de consumir os 12 meses, exportar, importar, enfim, vai sobrar, no nosso mercado, mais de 2,5 milhões de toneladas no Brasil. Isso provoca um efeito também de pressão de baixíssimos preços.

Aqui é o quadro de oferta e demanda do MERCOSUL. Vejam que no MERCOSUL — aqui está o estoque inicial, produção, importação, suprimento, consumo, exportação e estoque final. E aqui os países em cada capítulo. Nós temos no MERCOSUL estoque que vai sobrar quase 3,5 milhões de toneladas. Vejam que Argentina, Uruguai e Paraguai produzem, estão aumentando a sua área e destinando ao Brasil. Vou citar o exemplo da Argentina, que produziu na safra passada 1 milhão e 86 mil toneladas e, neste ano, chegou a 1 milhão e 740 mil toneladas de arroz. Então, vem crescendo a produção desse país e colocando para cá. Tanto que, dos excedentes do MERCOSUL, 13,3 milhões de toneladas, o Brasil vai ficar com 2,5. Isso representa 75% do estoque do MERCOSUL que vai ficar no Brasil e também representa 2,4 meses de consumo.

Temos um dado interessante. Nós últimos 12 anos o Brasil importou 4 milhões de toneladas acima do consumo, o que dá para 4 meses de consumo. Vejam o prejuízo do MERCOSUL pelo volume que entra aqui e pelos preços.

Custo de produção dos países do MERCOSUL. Por que não temos competitividade com esses países? Por que os preços do MERCOSUL deprimem os nossos preços? Basta olhar esse custo de produção do arroz comparativo com o Rio Grande do Sul e os principais concorrentes. O custo de produção do Rio Grande do Sul é de 2.400 dólares — e aqui eles também estão considerando junto a produtividade —; Uruguai, 1.450 dólares; Paraguai, 1.400 dólares; Argentina, 1.326 dólares; Estados Unidos, 1.300 dólares; Tailândia e Vietnã, na faixa de 300, 90 e 400 dólares a tonelada. Portanto, custa 30% menos produzir arroz no Uruguai; Paraguai, 20%; Argentina, 27%; e assim por diante.

Por isso, não temos como competir com eles. Essa é a realidade que estamos

apontando há muito tempo na questão das assimetrias do MERCOSUL. Aqui está a explicação. Apesar de termos uma das maiores produtividades do mundo, a lavoura gaúcha, o produtor aumentou e muito a sua produtividade, e está pagando caro por isso. Mas aumentou a sua produtividade.

Vejam que, nos últimos 10 anos, o setor produtivo no Rio Grande do Sul aumentou 41% a produtividade das suas lavouras. Mais de 2 toneladas por hectare. Chegamos a essa safra, segundo os dados do IRGA, a 7.650 quilos por hectare, fruto do aumento da produção e da produtividade. E por que o produtor fez isso? Incentivado pelos governos.

Aqui nós temos o Governo do Estado, representado pelo IRGA, Secretaria da Agricultura, o Programa Arroz RS, que foi lançado em 2003, onde nasceu o Projeto 10, que deve ser um programa de alta produtividade com sustentabilidade, que teve incentivo do Governo do Estado. O produtor cumpriu a sua função e a sua missão. E o Governo Federal também, por meio da EMBRAPA, do Ministério da Agricultura. O Projeto Marca: vejam aqui os conceitos de qualidade, rentabilidade e rentabilidade.

O produtor foi incentivado, foram dados crédito e incentivo, por meio da pesquisa de programas de alta produtividade. O Governo também tem responsabilidade por nós chegarmos a excedente de produção no nosso mercado interno.

Prejuízo desta safra. Este é o custo de produção segundo o IRGA. Estou apontando dados do Rio Grande do Sul. O preço mínimo é de 25,80; preço de mercado na faixa é de 19 e alguma coisa. Nós temos uma defasagem sobre o custo de produção de mais de 10 reais e sobre o preço mínimo 6 reais e 69 centavos. Qual é o prejuízo ao setor produtivo? Sobre o custo de produção 1 bilhão, 817 milhões de reais. Isso representa 35%. Pelo preço mínimo, 1 bilhão e 204 milhões de reais — 12% sobre um valor bruto de produção de 5 bilhões e 257 milhões.

Aqui nós temos uma planilha do Banco do Brasil — tiramos os dados para não aparecer o nome de algum produtor —, onde é feita a projeção da capacidade de pagamento do produtor rural, para mostrar a dificuldade do produtor, considerando o preço mínimo de 25,80. E a margem líquida desse cálculo de 25,80 positiva de 500 reais por hectare. Se nós pegarmos hoje o preço de mercado, 19 reais, temos margem negativa de mais de 300 reais. Tanto é verdade que hoje o produtor não tem, apesar de excelente safra, recibo de depósito suficiente a 17, 18 reais para garantir o próprio custeio e alongá-lo. Essa é a realidade, senhores. Essa a situação a que nós chegamos.

Quais as consequências disso para o Estado e o setor produtivo? O primeiro passo

é o endividamento do setor produtivo. Depois vem o desemprego no campo, a redução da atividade econômica nas cidades, o desemprego nas cidades, o agravamento do êxodo rural, queda da arrecadação das Prefeituras, enfim, o empobrecimento dos Municípios.

Medidas já anunciadas. Em 4 de fevereiro, houve o anúncio, no Rio Grande do Sul pelo Ministro — e o Gilson estava junto também — para AGF/PEP cerca de 313 milhões para um volume de 1,38 milhões de toneladas. Depois, em 24 de fevereiro, prorrogação dos EGFs, aqueles que vieram carregados da safra passada de 80%. No Banco do Brasil atingia 360 milhões. Em 28 de março, opções públicas. Foi anunciado o volume para mais de 1 milhão de toneladas entre opção pública e privada, 500 mil toneladas para cada um. Em 28 de abril, fizemos carga para prorrogar 100% de EGF — Resolução nº 3.970. Mais prazo para aderir ao Produza daqueles prejuízos da safra passada para 30 de setembro deste ano. Em 9 de junho, foi anunciado no *Correio do Povo*: “Dilma determina compra de arroz”. Mais 1,2 milhões de toneladas, 500 em AGF e 700 em PEP, totalizando 345 milhões. E — não entendemos — 5 dias depois as medidas sofreram corte de 50% no dia 14 de junho: déficit de silos afeta subsídios por falta de armazenagem credenciada. Anunciaram 1,200 e depois cortaram a metade. Ficou em 600 mil toneladas para PEP no volume de 75 milhões.

Tivemos a aprovação da MP 519, de 31 de maio, que já saiu até no *Diário Oficial*, para escoar para países em dificuldade, para ajuda humanitária, 500 mil toneladas de arroz, sendo que inicialmente eram 100 mil. Isso é muito bom, mas é preciso agilizar essa retirada para abrir espaço em armazém credenciado. Tivemos como Relator, na Câmara, o Deputado Luis Carlos Heinze e, no Senado, a Senadora Ana Amélia.

Problema nos mecanismos. E aí se explica por que, apesar de inúmeras medidas, o mercado não reagiu. Vamos começar analisando o PEP, cujo objetivo é alcançar o preço mínimo ao produtor de 25,80, com escoamento do arroz para o mercado externo. A forma mediante leilões, prêmios, bolsas, indústrias e cooperativas.

Quais são as dificuldades? As regiões mais afastadas do porto não têm competitividade. É o caso da Fronteira Oeste e da Região da Campanha. A capacidade do escoamento do porto de Rio Grande que está congestionado, a compra casada do produtor, a adoção de práticas desleais que impedem que o produtor receba 100% do prêmio. O mecanismo não causa o efeito 100% para o qual ele foi criado no mercado, porque ele tem todos esses problemas aqui.

Este aqui é um resumo do PEP no ano safra 2009/2010. Houve lá três leilões em 2010 e dois leilões em 2011 no ano safra. Foram ofertadas 415 mil toneladas e

negociados 244 mil — foram esses leilões aqui até 26 de janeiro. E, nesse ano safra, nós tivemos nove leilões, foram ofertadas 1 milhão e 47 mil toneladas e negociados 875 mil com a sobra de 172 mil toneladas. O total em verde é o Rio Grande do Sul, 1 milhão e 310 mil toneladas; e, em branco Santa Catarina. Vejam aí o volume considerando de PEP. Esperamos que a maior parte seja exportada.

Problemas do PEP. Foi também divulgado pela imprensa, no *Correio do Povo: O Ministério Público quer investigar o uso do PEP no Estado*. Houve denúncia dos próprios produtores lesados.

Aqui, no dia seguinte, dia 23, a CONAB expõe publicamente que deve mudar o PEP para evitar fraude. Hoje também está no *Correio do Povo*, que vem acompanhando de perto essa situação.

É importante que aqui se ressalte a necessidade de correções no mecanismos, mas não é menos importante o fato de que ele continue no mercado para nós retirarmos excedente. Nós estamos pedindo que sejam feitos ajustes, mas que o mecanismo continue para retirar o excedente. Que sejam feitas correções para o produtor efetivamente receber o preço mínimo.

A AGF também tem como objetivo alcançar o preço mínimo de 25,80 para o produtor e a compra direta do produtor. Quais são as dificuldades, senhores? — Aqui está o Diretor da CONAB, Sílvio Porto. — As novas exigências da CONAB aos armazenadores, que restringiram muito os cadastramentos: carência de pessoal, recurso para diárias e combustíveis. Tivemos esses problemas nos primeiros meses e que demoraram a ser solucionados;

Pouca armazenagem credenciada à CONAB. Eu lembro que no início, em fevereiro, março, nós tínhamos, em todo o Rio Grande do Sul, apenas 10 armazéns cadastrados na CONAB. Por isso, o mecanismo não funcionou e não gerou efeito no mercado.

O setor industrial de cooperativa não tem interesse ou não pode se cadastrar e se credenciar à CONAB. É o caso principalmente das indústrias, que não têm interesse em cadastrar para receber o produto do produtor àquele valor e armazená-lo por 2, 3, 4 anos.

A demora na análise dos processos dos armazenadores e dos produtores. E agora, por último, surgiu ainda divergência da cubagem do cereal, exemplo da CESA, em Cachoeira do Sul, que inviabilizou o acesso de 200 produtores ao recebimento do AGF.

Esses são problemas, dificuldades que nós temos nos mecanismos e que refletem

a realidade de mercado.

Estes são dados da CONAB de Porto Alegre de ontem, a utilização do AGF mês a mês. Vejam o que justifica aquela problemática que nós colocamos ali. O anúncio foi feito em 4 de fevereiro. No mês de março nós tivemos apenas 2,5 mil toneladas em AGF, em um volume de 360 mil. No mês de abril, apenas 17 mil; no mês de maio, 67 mil; e junho, 64 mil. Foram totalizados, faturados até agora 150 mil toneladas e volume de 78 milhões de reais.

Por que o produtor deixaria de fazer a AGF a 25 reais e 80 centavos para vender no mercado a 18 reais, 17 reais ou 19 reais? Porque ele não tem como acessá-la. Por isso é que não fez efeito no mercado e por isso que muitos venderam abaixo do preço mínimo.

Mais problemas nos mecanismos. E estamos também apresentando no sentido de que o Ministério da Agricultura e, enfim, a CONAB façam as devidas correções para nós termos melhor efeito no mercado.

As opções públicas: quer alcançar o produtor, com um seguro de 29 reais para o futuro, com antecipação a partir de agosto, por 27,50.

Quais são as dificuldades? Aí entra a questão da armazenagem de novo, pois tem que haver armazém credenciado, e o produtor não vai entrar no leilão se não tem casado já o seu armazém.

A grande demanda resulta em ágio. Nós temos um preço que baliza a 29 reais com o mercado a 19 reais. Logo, a diferença de 10 reais gera demanda muito grande e resulta em ágio. O primeiro leilão, junto com o custo fixo, deu 2 reais e 31 centavos por saco. O produtor teve que pagar para poder efetivar.

A mesma questão do setor industrial e corporativo, que não tem interesse em se credenciar à CONAB;

E o arroz tipo 2, que não tem como participar, porque foi rebaixado a partir da nova classificação.

Resumo dos leilões de opções. Nós tivemos até agora dois leilões, um de 200 mil e um de 300 mil, totalizando 500 mil, sendo 450 mil no Rio Grande do Sul e 50 mil em Santa Catarina. Foi 100% comercializado.

Devido à pressão dos produtores e com a proximidade dos vencimentos dos compromissos, tivemos que “gestionar” junto aos bancos para o adiamento dos

pagamentos para 31 de outubro. Nós tivemos que fazer um trabalho muito forte no Rio Grande do Sul, em função de o Governo, apesar da nossa insistência, não ter adiado o vencimento dos financiamentos agrícolas. Então, nós estivemos nas superintendências de praticamente todos esses bancos, Banco do Brasil, Banrisul e SICREDI, no Estado do Rio Grande do Sul, no dia 9 de maio e 9 de junho e também nos bancos de fábrica. Oficiamos documento pedindo essa prorrogação até 31 de outubro, por causa de todas essas dificuldades. Estivemos também nos bancos privados, pedindo sua sensibilidade, porque, naquela condição, o produtor não ia ter como honrar todos os compromissos. Nesse sentido pedimos solidariedade aos bancos. O que há hoje, nos bancos do Rio Grande do Sul, é em função da ação que a entidade fez junto aos bancos. O Governo não tomou nenhuma medida nesse sentido ou, pelo menos, que tenha nos comunicado ou anunciado.

E já que estamos falando nos bancos, é inadmissível que os bancos ganhem sempre todo ano. Nem sempre se ganha, às vezes se perde. Então, nós queremos deixar uma mensagem sobre o lucros dos bancos no Brasil. Os grandes bancos brasileiros, Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Santander, Safra, Banrisul e BNB lucraram juntos, em 2010, 45 bilhões de reais, 30% superior ao que lucraram no mesmo período em 2009.

Então, vejam: ninguém ganha sempre a vida toda. Em alguns anos vão perder. Os bancos têm uma margem de lucro muito gorda. Se olharmos o endividamento atual do setor, veremos que é menos de 10% do valor que está aqui. Por isso nós gostaríamos de deixar uma mensagem aos bancos no sentido de que eles sejam mais solidários este ano.

Aqui nós vemos fotos que registram as reuniões que tivemos nas superintendências do Banco do Brasil — aqui está o Superintendente, Zeca —, no SICREDI e no Banrisul. O Banco do Brasil adiou a primeira e a segunda para outubro; o SICREDI apresenta recibo de depósito, que vai para outubro; e o Banrisul também adiou aí duas parcelas para agosto e setembro.

Nós, na condição de produtores, também temos que fazer a lição de casa. Então, o que estamos recomendando aos produtores, àqueles que integram as nossas 40 associações no Rio Grande do Sul?

Procedimentos para a nova safra

Negociação dos arrendamentos: estamos propondo ao produtor que ele busque uma redução de percentual e de área também junto a seu parceiro, para sobrevivência

dele;

Investimento zero. Não se faz investimento nenhum. Propomos redução de área. Nós estamos sugerindo substituição da cultura existente por outras culturas, como a soja, que está com boa margem de rentabilidade, o sorgo, ou, para quem puder; sugerimos a migração para a pecuária, que também passa por um bom momento. Inclusive, no último pacote agrícola, Ribeirão Preto recebeu um reforço de mecanismo invejável. Pena que o arroz não teve nada lá;

Abandono ou substituição de áreas com custo elevado, baixa produtividade e com presença de arroz vermelho e preto. É preciso que produtor pegue as melhores áreas, as mais econômicas, as mais produtivas;

Renegociação dos percentuais da própria assistência técnica.

Tenho certeza que, com esse pacote, se o produtor fizer a lição de casa — isso está a seu alcance —, ele terá mais chance de obter resultado e menos problemas para a próxima safra.

Quais são os pleitos federais e emergenciais que nós já havíamos trazido ao Governo? Esperamos algum anúncio.

São cinco: adiamento do vencimentos dos financiamentos agrícolas com vencimento em 2011, para 31 de outubro, e solução para o endividamento até esta data.

Nós temos um passivo, como vimos, e sem equacionar esse passivo, nós não vamos ter uma solução de continuidade, então vai quebrar parte considerável do setor produtivo;

A utilização de mecanismos que alcancem prêmio direto ao produtor, entre a diferença de mercado e o preço mínimo para produção dessa safra. Por quê? Porque os produtores, principalmente os pequenos e os médios, não conseguiram acessar os mecanismos. Nós vimos lá atrás o porquê.

Manter o pacote que foi anunciado no dia 9 de junho, de 1,2 milhões de toneladas em AGF e Opções públicas. Entendemos que esse pleito foi amplamente atendido com o anúncio de ontem;

E a compensação pelo MERCOSUL. Nós vimos que não temos condições de competir. Então o que estamos pedindo? Compensação para os produtores, já que não podemos trancar o MERCOSUL. Nós não somos contra. Queremos a liberação para compra de insumos, máquinas nos países do MERCOSUL, aplicando — isso está no art.

1º — ao arroz importado o mesmo regime tributário aplicado ao arroz nacional. Art. 7º. O arroz importado deveria pagar CDO, ICMS, Funrural, toda carga tributária que o nosso arroz paga.

E agilizar o escoamento da doação das 500 mil toneladas para abrir espaço na rede de armazenagem credenciada.

Por que achamos possível atender esses pleitos? Porque o Orçamento Geral da União para este ano foi contemplado em 5 ...

Aqui está errado, Deputado Afonso. Cinco bilhões de reais foram alocados. O arroz é o único produto agrícola que demanda recursos neste momento — o pior, o mais necessitado, sem dúvida.

Nós temos o compromisso da Presidente Dilma, anunciado no Rio Grande do Sul, em 29 de janeiro, do Governador do Rio Grande do Sul e também um apelo pela salvação da cadeia produtiva do arroz por sua importância social e econômica.

Nós tivemos o pacote ontem. Pela leitura que fizemos, serão aportados mais 427 milhões, para um volume de 1 milhão de toneladas; em PEP e PEPRO, 500 mil; e opções públicas, mais 500 mil. Pelo menos é o que nós entendemos dali.

Bom, alguns comentários que nós queremos trazer. Não atingirá o produtor que já vendeu, que já comercializou sua safra, parcial ou total — infelizmente, essa é a realidade —, porque este não teve acesso aos mecanismos. Aqui nos reportamos aos pequenos e médios.

Não foi contemplada a solução para os problemas de credenciamento/armazenagem. Essa questão é fundamental para que funcione a AGF e as opções.

Ainda não foi contemplada a necessidade de adiamento dos vencimentos dos bancos. Hoje, o que nós conseguimos é caso a caso, não atendendo às necessidades dos produtores.

O pacote não traz solução para o endividamento demonstrado em nossa apresentação. Ele é real e vai impactar, e muito, na continuidade do produtor. Também não contempla a proposta do prêmio direto ao produtor entre a diferença de mercado e o preço mínimo. Se eu comercializei 80% da minha safra a 17, 18 reais, como faço para chegar ao preço mínimo? Eu não tenho solução para mim. Esses são maioria no Estado.

Por que o mercado não reagiu a uma série de medidas adotadas desde fevereiro? Resposta: as medidas não vieram em tempo ou foram obstaculizadas pela CONAB. Essa

é a realidade. É a mesma coisa que uma pessoa que é mordida por uma cobra venenosa. Se você demora um dia ou dois para aplicar o veneno, a pessoa morre. No mercado é a mesma coisa.

Então, em função disso, nós fizemos um esforço muito grande com a bancada federal nesta Casa. Nós queremos registrar o nosso agradecimento a eles. Na semana passada, nós fizemos uma grande mobilização política em defesa da lavoura do arroz, em Porto Alegre, na Assembleia Legislativa, onde tivemos reunião com 60 Deputados, Estaduais e Federais. Tivemos audiência com o Presidente da Assembleia Legislativa, Adão Villaverde; com o Governador Tarso Genro; com o Presidente da Câmara Federal, Marco Maia; tivemos reunião com os Diretórios Estaduais dos partidos da base do Governo — cerca de oito partidos; tivemos a participação de 60 Prefeitos e Vice-Prefeitos dos Municípios do Rio Grande do Sul; e tiramos um abaixo-assinado de 122 Prefeitos, na posse da FAMURS, pela salvação da lavoura arrozeira.

Aqui vemos fotos que registram o esforço das entidades para salvar a lavoura de arroz: a Assembleia Legislativa com os Deputados Federais; aqui, com os Deputados Estaduais; com o Governador; e com o Presidente da Câmara Federal.

Para encerrar, sobrevivência da nossa cadeia produtiva: o que o destino nos reserva? Qual o futuro do arroz no MERCOSUL? O destino é negro, porque está-se aumentando a produção no âmbito do MERCOSUL. Não há nenhum tipo de controle. Qualquer produtor que queira dobrar a sua área pode fazê-lo. O Governo tem que se importar com isso, precisa ter certo controle. O que nós estamos pregando? Vejam o que sobrava em 2008 no MERCOSUL: quase 2,5 milhões de toneladas. A continuar essa projeção, vão sobrar, em 2020, 8 milhões de toneladas no nosso mercado. Antes disso, a cadeia produtiva vai sucumbir. Nós estamos pregando o uso alternativo do arroz: produção de biocombustível e de ração animal. Isso está bem evoluído aqui em Brasília e no Governo do Estado, nas reuniões que vimos fazendo.

A mensagem que nós deixamos aos Governos: “*O político pensa na próxima eleição, o estadista nas próximas gerações. Voltemos a planejar*”. É uma frase do Torres de Melo, Vice-Presidente da CNA. Queremos dizer que faltou planejamento quando incentivaram a produção. O que vamos fazer quando a produção ultrapassar o consumo? Onde estão as campanhas para aumento de consumo, exportação de arroz e uso alternativo do arroz?

Essa é a mensagem que nós queremos deixar.

Agradeço o espaço que me foi dado e fico à disposição para as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos ao Presidente da FEDERARROZ, Renato Caiaffo da Rocha, que expandiu um pouquinho o tempo, sete, oito minutos, mas, pela qualidade da sua apresentação, pela didática, pelo encaminhamento, nós entendemos que deveríamos deixá-lo avançar pela contribuição ao trabalho. Vamos compensar esse tempo nas falas dos demais representantes.

Só quero dizer que nós políticos estamos de olho e a nossa visão é resolver o problema do arroz. Estamos aqui para isso, para trabalhar.

De imediato, quero valorizar a presença do Deputado Onyx Lorenzoni, que é conosco autor do requerimento para esta audiência pública. Nós vamos nos revezar.

Enquanto o nosso próximo palestrante se prepara — acho que vai falar do lugar em que está, porque nós temos uma mesa restrita; já acordamos isso—, o Dr. Valdir Zanatta...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Pela ordem...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Acho que o expositor poderia compor a Mesa, substituir quem já falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - É melhor?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - É, acho que fica mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Poderia, então, Renato, emprestar-nos um pouquinho o espaço? Pode ser?

Boa sugestão, Deputado Colatto.

O próximo palestrante é o Sr. Valdir Zanatta, Presidente da Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado e representante da OCESC — Organização das Cooperativas de Santa Catarina. Nós estipulamos o prazo máximo de dez minutos.

Quero ressaltar, além da presença do Deputado Onyx, que estão conosco: Deputado Bohn Gass; Deputado Carlos Magno; Deputado Celso Maldaner; Deputado Dilceu Sperafico; Deputado Edson Pimenta; Deputado Hélio Santos; Deputado Josias Gomes; Deputado Francisco Araújo; Deputado Luis Carlos Heinze; Deputado Marcon; Deputado Moacir Micheletto; Deputado Nelson Padovani; Deputado Paulo Cesar

Quartiero; Deputado Paulo Piau; Deputado Reinaldo Azambuja; Deputado Reinhold Stephanes, nosso ex-Ministro; Deputado Vitor Penido; eu, Deputado Afonso Hamm; Deputado Diego Andrade; Deputado Heuler Cruvinel; Deputado Onofre Santo Agostini; Deputado Onyx, que já citei; Deputado Raimundo Gomes de Matos; Deputado Roberto Dorner; Deputado Ságua Moraes — não sei se está correto; Deputado Valdir Colatto; e Deputado Jerônimo Goergen. A presença, a participação de todos demonstra a importância do contexto dos Parlamentares da Comissão de Agricultura.

Vou passar então a palavra ao próximo palestrante, pelo prazo de dez minutos.

Peço ao Deputado Onyx que nos ajude a coordenar, a presidir os trabalhos neste momento.

Com a palavra o Dr. Valdir Zanatta.

O SR. VALDIR ZANATTA - Boa tarde a todos.

Na pessoa do Deputado Afonso Hamm, cumprimento todos os presentes, os Deputados da área agrícola. Represento as cooperativas de Santa Catarina e a OCB.

Bom, o Renato fez uma bela explanação. Eu também preparei uma exposição, mas não adianta apresentá-la, porque praticamente o assunto já fechou.

Os problemas do arroz todos conhecemos. Os problemas de Santa Catarina são idênticos aos do Rio Grande do Sul. Só gostaria de reforçar, Deputados, senhoras e senhores, que o arrozeiro de Santa Catarina também está passando por muita dificuldade. Entendemos que o mecanismo chegou tarde. Na nossa região, 80% dos produtores associados a cooperativa, que tinham compromissos com cooperativa de adubo, de insumos, que pegaram algum dinheiro emprestado, ficaram sem arroz para pagar ao banco, *diesel* nos postos ou qualquer outra conta que eles tinham.

Também gostaria de reforçar que 60% da produção entregue na nossa cooperativa já foi vendida até o final de maio. Nessas condições, o agricultor cumpriu os compromissos, só que ficou sem arroz. Oitenta por cento da produção de Santa Catarina, perto da do Rio Grande do Sul, não é nada, mas eu acho que isso não representa só Santa Catarina; eu acho que representa também uma boa parte do Rio Grande do Sul, de quem quis pagar as contas também ficou sem arroz. Quem está lutando com bancos, quem está lutando para prorrogar seu endividamento, ainda tem algum arroz.

O Renato falou dos mecanismos, sobre a opção chegou, mas é para quem tem arroz. E só vai ajudar aquelas pessoas um pouco mais fortes, que tiveram um pouco mais

de gordura. Quem não tinha, que já vinha deprimido, decadente há alguns anos...

Como, em 2008-2009, o preço do arroz chegou a 32 ou mais — em 2010, como disse o Renato, era 29, na safra; estou falando de março, abril, maio — e a expectativa era grande, muitos agricultores catarinenses também fizeram aquele...

estou falando março, abril, maio. A expectativa era grande, porque muitos agricultores catarinenses fizeram aquele EGF, conforme disse o Renato, e perderam mais ainda. Vender a safra este ano a 20 reais — menos um pouco, mais um pouco — não pagou as contas.

O custo da produção, em Santa Catarina — um agricultor anotou no caderno, ele é organizado — chegou a 26 reais, sem contar sua mão de obra, a depreciação de máquinas, os custos que eles não se medem, que não são palpáveis.

Então, é difícil, está complicado, vemos que muita gente está vendendo terra em Santa Catarina para cobrir os compromissos. Os bancos não estão dando muita trégua. O Banco do Brasil puxou 2 meses de custeio depois da última, mas para isso é preciso ter um recibo da produção, mas não tem arroz, então está ficando complicada a vida do agricultor. Eles têm vergonha! Muita gente já não quer vender para o agricultor, porque não está recebendo — supermercado, lojas. Não estou falando besteira!

O Governo, por meio da AGF, têm muito pouco interesse em comprar porque falta armazém. A CONAB está aqui presente e sabe do que eu estou falando, sabe da dificuldade que é. A cooperativa está fazendo as opções, mas tem interesse que a CONAB retire o arroz, senão não vai ter lugar para colocar o arroz da safra que vem, a não ser que se invista de novo.

Esta é a dificuldade que tem o setor de arroz, ele está bem apertado.

Não vejo a diminuição da produção no Brasil como solução. Se diminuir em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, o produção dos outros países do MERCOSUL aumenta: Paraguai, Uruguai, Argentina mostraram este ano que tem possibilidade para isso porque têm terra e produção mais barata. E nós temos que comprar esse arroz. Infelizmente, é o arroz uruguaio e paraguaio que o Governo está armazenando por meio da AGF está armazenando. Isso não é bom para nós.

Sabemos que algumas alternativas podem vir aí. Existe uma proposta emergencial dos Deputados para fazer uma subvenção do preço do comércio, do preço-meta, do preço mínimo para o preço atual do comércio. Isso ajudaria, inclusive a quem já vendeu arroz, daria um fôlego a esses agricultores, que não têm de onde tirar para plantar no ano que

vem. Se não forem ajudados pelas cooperativas, pelas indústrias ou pelos bancos, que dificilmente vão emprestar a quem não tem capacidade de pagamento, não vão plantar. E se nós não plantarmos, como já disse, acho que os outros países do MERCOSUL vão aumentar sua produção. E nós vamos ter que comprar e beneficiar esse arroz. Com isso, infelizmente, todo mundo perde.

Além disso, ainda há a diminuição do número de produtores, o envelhecimento dos produtores na área rural. A cooperativa hoje não tem 10% dos associados com menos de 40 anos. Isso é uma preocupação, porque os filhos dos agricultores não querem continuar na agricultura porque chega o fim do ano e o dinheiro não dá para comprar uma bicicleta ou uma moto. Eles acham preferível trabalhar como empregado, ganhando 800 ou mil reais por mês, que dão para comprar um carro por meio de um consórcio. Muitos filhos de associados estão saindo do setor, deixando o pai e a mãe. Isso é preocupante, porque, além de perdermos números de associados, perdemos também representatividade. Os produtores estão ficando desorientados.

Então, Srs. Deputado, queremos reforçar o que foi dito aqui. Ter simetria com o MERCOSUL é uma necessidade, assim como *marketing* e consumo

Eu visito sempre os mercados consumidores. Estive no Espírito Santo e os supermercadistas que visitamos, tanto os grandes como os pequenos, reconhecem o que nós estamos passando. "Nós vimos, nos jornais, só que não temos culpa. Para eu vender 5 quilos de arroz, a 5 reais ou 6 reais, o preço de algumas marcas, ou vender a 10 reais é a mesma coisa. O consumidor não come mais arroz porque ele baixou o preço."

Concordo com o que o Renato disse: Nós precisamos nos planejar, nós precisamos nos organizar. Hoje o Brasil tem mais de mil indústrias trabalhando no setor arrozeiro e mais de 1500 marcas. A grande oferta pressiona o preço para baixo, não tem jeito!.

Então, Deputado, Santa Catarina também reflete essa dificuldade. Eu gostaria de deixar bastante claro que estamos com esse problema sério para resolver, e esperamos que ele seja resolvido o quanto antes. Aliás, já está tarde. Se a subvenção acontecer, e todos os produtores receberem desde março a nova safra de 2011, será um grande alívio para os agricultores, caso contrário nós vamos ter problema. O plantio vai acontecer, mas haverá menos qualidade, menos produtividade, menos interesse do agricultor. Eles já estão cortando todos os custos, por isso, infelizmente, isso vai acontecer.

Era o que eu tinha a dizer. Se os senhores precisarem de mais alguma informação sobre Santa Catarina, nós estaremos à disposição

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Nós agradecemos ao Sr. Valdir Zanatta.

Informamos que montamos uma apresentação mais abrangente pela FEDERARROZ e uma complementação mostrando a situação do Estado de Santa Catarina.

Na sequência, vamos ter uma participação do segmento da indústria, com a representação da ABIARROZ, Associação Brasileira da Indústria do Arroz, com a apresentação, por no máximo 10 minutos, do Dr. Elton Doeler, Presidente do Sindicato das Indústrias de Arroz do Rio Grande do Sul — SINDARROZ, que representa também Amauri Santos Junior, do Sindicato da Indústria de Santa Catarina.

Vou disponibilizar um tempo para que ele dê uma visão panorâmica da indústria deste segmento.

O SR. ELTON DOELER - Boa tarde a todos. É um prazer receber um convite dos Deputados Afonso Hamm e Onyx Lorenzoni.

Eu acho que a situação do arroz na indústria não é diferente da situação dos agricultores. Ninguém está satisfeito com os preços que o produto chega ao mercado. Os colegas da cooperativa já disseram que no varejo há produtos chegando na ordem de 5 reais. Esse preço não deixa o produtor satisfeito, não deixa a indústria satisfeita, e é uma preocupação para a cadeia produtiva como um todo, porque o sucesso ou o insucesso de determinado elo reflete-se em outro elo.

Nós da indústria temos uma preocupação muito grande a esse respeito e é a razão principal por eu ter aceitado o convite para comparecer a esta reunião.

Fala-se muito em reforma tributária, em equalização de tributos, mas a realidade do MERCOSUL, desde sua instalação, por si só, gerou uma discrepância tributária no nosso País.

Apesar de eu ter só 44 anos, sou do tempo em que, quando o Governo Federal lançou o mecanismo de AGF, em 15 dias o mercado subiu 2 ou 3 reais por saco. Por que, então, é que hoje o Governo coloca 1 bilhão e 100 milhões no mercado e ele não reage? Por uma simples razão, minha gente, é porque hoje nós temos diferenças tributárias nos Estados da Federação.

Hoje, o Rio Grande do Sul, com sua alíquota de ICMS, de 12% para os Estados do Sudeste e 7% para os Estados do Nordeste e Centro-Oeste, implementou uma tarifa

externa comum, como se o Rio Grande do Sul fosse proibido de vender a outros Estados da Federação. E parece-me que o mesmo vale para o Estado de Santa Catarina. Então, essa diferença tributária está fazendo com que o arroz importado do MERCOSUL entre num Estado como Minas Gerais, por exemplo, com zero de ICMS. Então, como é que nós, cadeia produtiva do Rio Grande do Sul, podemos competir com algum produto cuja margem é baixa e a diferença tributária é de 12 %.

E se, somada a isso, há ainda a contribuição do CDO, que hoje, ao preço de mercado, representa 2% do tributo da cadeia produtiva do arroz, chegamos a 14%? Então a questão que está em jogo é que o Brasil precisa, de uma vez por todas, senão de uma reforma tributária completa, é de uma equalização de alíquotas por produto. E eu deixo aqui um apelo aos Deputados Federais para que, pelo menos, consigam isso. Se a alíquota do arroz for definida em 5%, 4%, 3% ou zero, que seja igual em todos os Estados da Federação. Eu, particularmente, tenho a convicção de que, se isso vier a acontecer, não mais haverá necessidade de mecanismos através do qual o Governo tenha de injetar dinheiro público, dinheiro que é de todos, para tentar segurar o mercado.

Na verdade, percebemos, pelos números apresentados, que a Argentina, o Uruguai e o Paraguai estão aumentando suas produções em progressão geométrica, e abastecendo o mercado do Brasil principalmente.

Por isso, Sr. Presidente, vim aqui com o objetivo de dizer que a solução a médio e a longo prazo para o nosso mercado é a eliminação das diferenças tributárias. Eu tenho certeza, e disse isso na abertura da colheita do arroz, da qual participei a convite do Renato.

Eu disse e repito: o Rio Grande do Sul hoje representa quase 70% da produção nacional. Temos dentro do nosso Estado produtores — e aí podemos incluir aí Santa Catarina — extremamente competentes e preparados.

Ontem eu estava com o Deputado Luis Carlos Heinze, em São Pedro do Sul, minha cidade natal, conversando com um a um dos produtores para saber de suas necessidades. Nós temos produtores muito competentes, e a indústria quer, de público, reconhecer isso. Temos indústrias competentes, temos indústrias que são hoje modelo para o mundo, são indústrias de mais de 50 anos, cooperativas que são exemplo de investimento e de tecnologia na produção do arroz, tanto que o arroz gaúcho é comprado em todo o mundo.

Então, como é que nós, que temos produtores competentes, que temos indústrias

competentes, não conseguimos competir dentro do nosso próprio País? É porque infelizmente, senhores, nós ainda não tivemos a definição e a colocação em prática da tão falada reforma tributária. Se não a completa reforma tributária, ao menos a equalização do ICMS entre os Estados.

Então, Srs. Deputados, nós precisamos ter coragem e determinação para reconhecer que o problema que aflige o produtor, aflige também a indústria. Nós estamos na mesma situação. Aquilo que não é bom para o produtor também não é bom para a indústria porque, se o preço deprime é por falta de competitividade instalada que vem se agravando nos últimos anos.

Nós temos exemplos de indústrias do Rio Grande do Sul que têm baixado a contribuição nos últimos dois anos, tem baixado a arrecadação do Estado. Têm baixado porque as indústrias estão se instalando fora do Rio Grande do Sul. Então, faço este apelo aos Srs. Deputados: vamos em conjunto retirar a TEC gaúcha, e eu sei que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul não pode perder com isso, porque o arroz representa muito na sua economia. Mas, para sermos competitivos precisamos fazer isso.

Eu sugeri aqui, Deputado, Hamm, agora numa conversa de bastidores, que nós instituíssemos um programa em que o produtor fosse buscar o imposto pago. Por exemplo, se o ICM é 12% no Rio Grande do Sul, e o Estado não pode perder, que o Governo Federal subvencie este imposto e torne a cadeia produtiva do Rio Grande do Sul competitiva. É disso que nós precisamos. Eu não acredito — vou falar de peito aberto — que um Estado que produz 70% da produção nacional que tem indústrias de mais de 50 anos, não consiga ser competitiva num País como o nosso.

Este é um desafio muito grande para os Srs. Deputados, que são os legisladores, é um desafio ao Governo do Estado que tem demonstrado— quero dizer aqui que não sou partidário, não tenho partido nenhum, vejo que todos os Deputados, assim como o Governo do Estado, estão engajados nesse pleito, mas a solução não passa por mecanismos paliativos, ela passa por uma reforma estrutural e se nós não tivermos uma determinação e uma mudança estrutural, nós estaremos aqui no próximo ano discutindo as mesmas coisas, gastando o dinheiro público para resolver aquilo que o Estado como um todo, com a reforma do ICMS tem capacidade de fazer.

São essas as minhas palavras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradeço ao Sr. Elton Doeler. De imediato concedo a palavra ao Sr. Sr. Francisco Schardong, Presidente da Câmara

Setorial do Arroz, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que também preside a Comissão do Arroz da entidade FARSUL, a quem dispomos esse prazo de dez minutos e vamos apoiando em temas de controle.

Na sequência, teremos a fala do nosso representante da CONTAG, que representa as federações dos trabalhadores na agricultura.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG - Na pessoa do Deputado Afonso Hamm, saúdo os companheiros, Deputados, entidades, imprensa.

Depois da brilhante explanação do Renato, tenho a coragem de dizer que, em termos do meu Estado, o Rio Grande Sul... Sou Presidente da Câmara Setorial do Arroz, e posso falar que em oito Estados nós estamos vendendo arroz abaixo do preço mínimo, mas, a nível de Rio Grande do Sul, o estrago está feito, esse prejuízo é irreversível.

É importante dizer que no Rio Grande do Sul apenas 35% dos arroteiros vai a agentes financeiros buscar o seu financiamento; 65% da lavoura não têm mais condições de ir a banco, por isso ele tem que ir buscar recursos por outros mecanismos. E nesse troca-troca de mecanismos, quem recebeu insumos adiantados, a maioria já pagou a 17 ou 18, e nesses casos muitas vezes o preço é concedido antes.

Então, depois da brilhante explanação do Renato, vou destacar alguns pontos relevantes, porque o mais importante para mim no anúncio do Governo ontem foi a formação dessa equipe de trabalho.

A lavoura orizícola vai ter que ter um choque de gestão muito grande. Esse desafio é importante porque, no ano que vem, nós vamos ter os mesmos problemas de hoje. E vou mostrar para vocês que não há mecanismo que diminua esse estoque de passagem a nível de MERCOSUL. Isso porque, lamentavelmente, não há como fechar as barreiras do MERCOSUL. Há poucos dias nos disseram, numa reunião no Ministério da Indústria e Comércio, que a balança comercial do MERCOSUL hoje é favorável ao Brasil em 45%. Então o trigo, o arroz, o leite e o vinho vão continuar sendo a moeda de troca, meus amigos. O MERCOSUL vai continuar colocando arroz dentro do País porque não tem como trancar essas barreiras comerciais, e o Brasil não pode ter esse prejuízo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu só gostaria de dizer que no Brasil, em termos de produção, utilizando os mesmos insumos, não há no planeta produção mais eficiente do que a do Rio Grande Sul, com 7.600 quilos por hectare, mas para nós produzirmos essa quantidade nós gastamos US\$2.200 dólares. No Uruguai, é 1.450, e vocês vão ver que os custos de produção

vão baixando.

Eu gostaria de deixar isto bem destacado: as indústrias brasileiras podem comprar arroz do MERCOSUL com alíquota de ICMS até de zero, enquanto a tarifa estadual é de 12%, como foi bastante falado. Isso é legítimo? Sim, é legítimo. Ninguém deve ser obrigado a comprar produto que não quer. Nossas indústrias são livres e devem continuar livres para comprar de quem bem desejarem. O que está errado nessa história é que o livre comércio não vale para os produtores rurais, e isso está criando uma reserva de mercado. Se a indústria pode comprar arroz de quem bem desejar, os produtores rurais devem comprar insumos de quem bem desejarem também. Isso é importante. Se vale para um lado, tem que valer para os dois lados.

Aqui eu dou uma demonstração bem rápida. Há poucos dias havia muitas máquinas, mais de mil, trancadas no porto seco de Uruguiana. Essa colheitadeira John Deere, que é produzida em Horizontina, na Argentina ela custa R\$243.000; no Brasil, a mesma máquina custa R\$311.500. Esse é o custo que temos. Então, não temos como enfrentar esse arroz que vem do MERCOSUL; é uma luta inglória.

Aqui vemos que, com as mesmas condições, o arrozeiro gaúcho, se fizer com os mesmos tipos de custeio... Aqui é a lavoura feita na Argentina. O mesmo lavoureiro aqui no Brasil, 2.210, e, na Argentina, com os mesmos recursos, 1.635. O impacto do custo total da produção no Brasil é 3.780 e, na Argentina, R\$3.043.

Tributação. O que nós temos de impostos aqui vocês podem ver. No Uruguai, é apenas sobre o lucro, e o resto é zero. Aqui, a carga tributária sobre o custo de produção. Vejam o que nós pagamos de tributo para produzir um hectare de arroz. Tudo isso, que dá 24%. Aqui, na produção, dá 1,046 bilhão. Se nós formos olhar a arrecadação de ICMS, também foi bastante alta, mas o que me interessa é a estimativa de arrecadação sobre os custos de produção: 1 bilhão de reais, sobre a arrecadação; sobre o produto somente, 422 milhões; e a tributação total 1,469 bilhão. O primo pobre da cesta básica, o arroz, vem arcando com isso.

Eu considero os gargalos mais difíceis que nós temos aqui são o armazenamento, o endividamento e a concorrência do MERCOSUL. Aqui está o grande desafio que nós vamos ter, e eu não acredito que as medidas anunciadas esta semana... Eu li agora num *folder* que me passaram que dizem que querem terminar o ano com 426 mil toneladas negativas. Nós vamos terminar o ano com 2,535 milhões a nível de Brasil e 3,385 milhões a nível de MERCOSUL. Se vocês olharem, não é necessária essa importação de 700 mil toneladas este ano, e no ano que vem a tendência é ser maior, mas é em função

daqueles compromissos comerciais. Não há como não importarmos mais.

Se nós olharmos a produção... O Uruguai, de 1,321 milhão de toneladas, exportou 1,214 milhão. A Argentina, de 1,740 milhão, exportou 923 mil. O Paraguai, que, em proporção, é o que mais cresceu, e a tendência é crescer mais, vai ser um dos países do MERCOSUL em que mais vai crescer, exportou 223 mil, e nós, de 13,9 milhões, exportamos 900 mil.

Diga-se de passagem, em 2009, conseguimos conquistar os mercados mundiais, 56 países, cinco continentes, que conheceram o produto de qualidade que nós tínhamos no Brasil em termos de arroz. Lamentavelmente, todo o trabalho das entidades do Governo foi perdido em 2010 e 2011. Esse arroz que estamos exportando hoje é aquele de baixa qualidade que exportávamos no passado. Hoje nós perdemos aquele espaço tão importante que conquistamos em 2009 com o esforço de todos nós.

Eu gostaria de terminar, Deputado Hamm, citando que o *Zero Hora* tem um espaço na última página que disse assim, na edição de ontem: *Há 30 anos. Produtores vão à assembleia. Arrozeiros gaúchos se encontrarão hoje no plenário da Assembleia Legislativa para cobrar uma posição do Governo sobre a situação da lavoura. Eles reclamaram do baixo valor fixado pela saca. Ontem, o Secretário de Estado de Agricultura Balthazar de Bem e Canto admitiu que a área de plantio no Estado poderá ser reduzida pelo alto preço para o cultivo do cereal.*

Isso foi há 30 anos. Numa lavoura onde 65% são arrendatários, é muito difícil diminuir a área. Não querendo comparar, é como um brete; o arrendatário está num brete. Quem jogou carta uma vez sabe: perde três ou quatro vaza, depois ele rebusca uma para buscar o atrasado.

Então, diminuição de área só vai dar espaço no MERCOSUL. Todo hectare plantado a menos no Brasil vai ser três hectares a mais: um na Argentina, um no Paraguai e um no Uruguai.

É isso que eu gostaria de dizer. Eu repito aquilo que eu disse aqui no início e tenho a coragem de dizer: o estrago está feito, o prejuízo é irreversível neste ano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos ao Presidente Schardong, que preside a Câmara Setorial. Chegou o seu Presidente da federação, a FARSUL, o Sperotto, que está conosco aqui. Em seguida, vou também nominar as entidades presentes. Estão elaborando uma lista para nós e têm uma representação

muito grande, além da imprensa e dos meios que nos acompanham nesta audiência pública.

De imediato, para ouvirmos as entidades de representação, queremos ouvir agora a palavra do Sr. Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da CONTAG também pelo prazo de dez minutos. Ele nos informa que o Elisário Toledo, não sei se está correto o sobrenome, representa, como assessor aqui, junto à Secretaria de Política Agrícola, a CONTAG. Na verdade, temos uma dupla representação.

O pessoal está sendo muito disciplinado na questão do tempo. Aviso quando faltarem dois ou três minutos.

O SR. ANTONINHO ROVARIS - Inicialmente, boa tarde Deputado Afonso, demais Deputados. Em nome da CONTAG, quero agradecer a oportunidade e também dizer que estou representando o nosso Secretário de Política Agrícola, que, no momento, se encontra em reunião com o pessoal do MDA para tratar desse mesmo assunto. Então a situação realmente está pegando, como se diz.

Ouvindo as exposições que foram feitas, e agora o Schardong citou o que foi dito e escrito 30 anos atrás, temos uma habilidade muito grande de fazer sempre as mesmas coisas. Estamos reunidos aqui hoje para falar sobre o arroz, mas vamos nos encontrar outra vez para falar do leite, que logo, daqui para frente, também vai dar problema. São problemas recorrentes.

Quero dizer com isso que, na verdade, o problema é conjuntural. Parece-me que há um processo, cada vez mais contínuo, que nos leva a perguntar qual é realmente o papel da agricultura no País. E, nós, no caso especificamente a CONTAG, perguntamos qual é o papel que agricultura familiar tem nisso tudo.

Nesse processo, nesse cenário colocado com relação à exclusão, sabemos que os primeiros que serão excluídos são os menores. Ou seja, não há nenhuma possibilidade de aqueles que são produtores pequenos sobreviverem num cenário desses. Ainda que pese, nos últimos anos, mais ou menos nos últimos 15 anos, ter havido uma quantidade significativa de políticas públicas voltadas especialmente para a agricultura familiar, a opção que se tem feito no País é uma opção de mercado, quer dizer, o problema dos preços agrícolas é um problema de mercado. Ainda que haja uma certa intervenção em situações emergenciais, como agora, por parte do Governo, a opção recorrente é a opção de mercado. Então, fica realmente muito difícil se conseguir realmente vislumbrar uma tendência, pelo menos médio e longo prazo, de se conseguir dar um pouco mais de

sustentabilidade para a agricultura.

No meio disso tudo, nós nos perguntamos... No Rio Grande do Sul, e eu também sou de lá, foi dito aqui, o Schardong acabou de se referir que 65% dos produtores de arroz trabalham com terra arrendada. Na verdade, isso nos remete a um tipo de reflexão: qual é realmente a capacidade de uma agricultura de sobreviver num sistema desses? Essa é uma situação. No fim das contas, o que estamos tentando dizer é que temos um problema de modelo. Que tipo de agricultura estamos fazendo? Ela é sustentável? Está sustentada em que base? De que forma?

Parece-me que, se olharmos apenas pela lógica econômica, que é o enfoque que tem aparecido com mais veemência, está dizendo que não. Isto é, temos uma agricultura completamente dependente; dependente de insumos, dependente de fertilizantes, dependente de financiamentos. Pode-se imaginar o que vai acontecer com a agricultura se não houver esse financiamento? O que aconteceria? Porque os produtores não conseguem dar a volta, ou seja, criar um sistema que tenha retorno econômico capaz de autofinanciar a safra futura. Isso é recorrente, é histórico.

Então, em que situação nos encontramos? Sabemos que, nesse processo, a agricultura familiar, que é a mais fragilizada, vai ser a primeira, e historicamente tem sido assim, a ser eliminada.

Há uma tendência nos estudos que diz que o Brasil vai aumentar em 40% a produção nos próximos 10 anos, até 2019. Aí a pergunta que temos de fazer é: vai aumentar onde? Para quem? O quê? Certamente não é o produtor de feijão. Certamente que não. É produto de exportação.

Mas conseguimos criar um sistema tal, há um processo de transformação tão brutal no meio rural que a principal prioridade dos agricultores não é mais produzir comida, é produzir dinheiro. Sou filho de agricultor numa família de sete e sempre ouvi meu pai me dizer o que é um agricultor bem sucedido. Ora, naturalmente isso já passou 30 anos, o tempo hoje é outro. Ele dizia que um agricultor bem sucedido era aquele que tinha uma safra e meia no seu paiol.

Hoje, obviamente, o mundo social mudou radicalmente, e a situação realmente é outra. Hoje há uma necessidade cada vez maior, contínua de dinheiro. O mundo é mediado pelo dinheiro, o que denota então essa necessidade histórica, essa necessidade recorrente de financiamento sempre contínuo. E aquela preocupação de pegar aquela quantidade "x" de recursos e ficar pensando como vai devolver isso. Esse tem sido mais

ou menos o processo que tem acontecido.

No meio disso tudo, pensamos: qual é realmente o papel da agricultura para o País, agricultura no sentido geral?

Foi apresentado aqui que os principais bancos, Banco do Brasil, ganharam 45 bilhões de reais no ano passado.

Estamos chegando, na minha percepção, a um processo em que algumas coisas não dá mais como empurrar com a barriga. Uma delas é a questão tributária. O setor financeiro paga 11% de tributação; o setor que trabalha com venda de produto *in natura* paga 21%. Tem alguma coisa errada com esse negócio. Não é preciso nem ser doutor para saber disso.

Quando vamos ter realmente capacidade de olhar para essas coisas e começar a pensar que temos de fazer, temos de realmente enfrentar essa situação? Porque, senão, na minha percepção, vamos estar aqui no próximo ano, daqui a seis meses, daqui a dois meses, discutindo outra crise num outro setor da agricultura. Não há mais como continuar mantendo esse tipo de situação, pois as situações que temos encontrado até então são paliativas, elas funcionam para um determinado momento, mas não se consegue vislumbrar uma saída mais a médio e longo prazo. Essa é a situação. Por conta disso, não é de admirar que cada vez mais o meio rural se esvazie; aquilo que o companheiro falava antes.

Quando vou falar da situação, sempre me reporto à minha própria realidade. Por que não fiquei? Meu pai tinha 50 hectares de terra lá em Lagoa Vermelha. Por que não fiquei? O que tem errado com o meio rural? Por que o meio rural não é um projeto de vida, para as pessoas morarem, ficarem lá; sair, estudar e voltar para lá? As pessoas não fazem isso porque, dadas as condições, ainda que tenham melhorado, e é bom que se diga isso, que se tem avançado em algumas coisas expressivas, ainda o meio rural continua sendo um acidente. Não é um projeto de vida para a grande maioria, inclusive daqueles que moram lá.

Agora estamos passando por uma outra crise que tem a ver especificamente com esse setor, mas o impacto maior os agricultores é que vão sofrer; aquilo que foi colocado antes, a preocupação se vão conseguir manter a propriedade, essas coisas que realmente são problemas do cotidiano.

Diante desse quadro, acho que já está na hora de começarmos efetivamente a pensar em soluções que pelo menos acenem com a possibilidade de algum dia

sonharmos com alguma coisa que pensemos e imaginemos na nossa cabeça; uma política agrícola que tenha durabilidade, que tenha um horizonte mais ampliado de tempo; que se consiga pensar em cinco ou dez anos para saber exatamente qual é o lugar da agricultura e da agricultura familiar para o País. Enquanto não conseguirmos fazer isso, vamos tomando soluções paliativas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos então ao amigo Antoninho Rovaris, representante da CONTAG. Tínhamos feito um convite à FETAG do Rio Grande do Sul, que também não teve condições, mas está representada.

Já vamos nos encaminhando para ouvirmos os governos. Antes de chegarmos ainda à representação da área de competência das políticas agrícolas do Governo Federal, concedo a palavra por dez minutos ao Presidente do IRGA, Cláudio Pereira, para que faça a abordagem da situação que entender pertinente.

O SR. CLAUDIO FERNANDO BRAYER PEREIRA - Boa tarde a todos os presentes. Quero saudar e agradecer ao antigo amigo Afonso Hamm, meu colega de faculdade, e parabenizar o Deputado Onyx pela iniciativa. Saúdo todos os presentes, representações do Governo Federal, das entidades de classe, Deputados. Queria dizer da nossa satisfação de estarmos aqui.

Vim também representando o Secretário de Agricultura, Luiz Fernando Mainardi, que já foi Deputado Federal, é Deputado Estadual, e não pôde vir porque hoje se está criando um grupo intersecretarias para discutir a tributação do arroz, um grupo de trabalho.

Sobre essa questão da crise, o Schardong antecipou o que eu ia falar dos 30 anos. Se houvesse uma coluna falando de 40 anos, encontraríamos mais duas ou três crises do arroz, certo, Sperotto? Eu acho que, desde que nasceu o arroz, temos uma crise eterna na lavoura do arroz.

Quero dizer que sofri isso muito na carne, pessoalmente. Não me canso de dizer porque, em 1993, também participava da FEDERARROZ, da Associação dos Arrozeiros, e tínhamos uma crise muito forte. Meu pai perdeu tudo o que tinha depois de 30, 35 anos de lavoura e de criar sete filhos. Era um pequeno produtor, arrendatário de terra, de água. Perdeu tudo o que tinha. O que tinha do Banco do Brasil e do Governo Federal era o oficial de justiça na porta, cobrando a conta, e uma banca de advogados bem boa para pedir inclusive a prisão dos produtores. Era isso que tínhamos.

Por aí ficaram milhares e milhares de produtores ao longo de todas essas crises, da de 1988, de 1989, quando criamos a FEDERARROZ, com o Breno Prates, e foi indo; em 1976 também. Foram milhares de produtores que quebraram e talvez também neste ano muitos quebrem. Então essa é a preocupação do Governador Tarso Genro, do nosso Governo do Estado.

O Governador Tarso Genro por três vezes teve audiência com a Presidenta Dilma, que é uma gaúcha de coração, por adoção, e, nas três, o tema arroz foi o tema principal da sua fala, o que desencadeou a adoção de várias medidas que vão ser agora mais definidas pelo Bittencourt e pelo Vaz.

Enxergamos a crise por dois vieses: a crise atual é de mercado e se agrava por uma outra crise, que é a crise estrutural. Na de mercado o Governo está atuando, como sempre atuou, apagando incêndio, ou seja, tentando puxar o mercado para cima.

A verdade, como mostraram os números aqui, é que temos uma oferta muito grande de produtos no mercado, e junta o MERCOSUL, que é um outro problema, é uma outra trava. É uma espada na cabeça dos produtores e também nos causa problemas de difícil solução, mas o excesso de produto tem causado esse problema de mercado.

Então, as medidas estão sendo adotadas para proteger os produtores, mas pouco se falou do problema estrutural da lavoura do arroz. Do meu ponto de vista, Deputado Bohn Gass, a lavoura de arroz só tem um problema: ao longo de sua cadeia, ela é de exploração; todos exploram todos. Poucas redes de supermercados, e nos últimos anos isso se agravou mais, com a concentração na mão de poucos e muitos poderosos grupos de supermercados, vieram e massacraram a indústria. Tanto isso é verdade, Elton, que, nos últimos 25 anos, perdemos metade das indústrias do Rio Grande do Sul. Hoje há 256. Das 256, 20 beneficiam 80% do arroz no Estado do Rio Grande do Sul. Concentrou (*ininteligível.*) Isso mostra que a indústria também passa por uma crise. O supermercado tira da indústria, que, por sua vez, tira do produtor, que é a parte mais fraca.

Se pensarmos na questão tecnológica, o IRGA pesquisou a vida inteira a produtividade e uso intensivo de insumos modernos, agrotóxicos. As empresas também se concentraram. Produtores de adubo e de herbicida hoje colocam o preço que querem. Se o preço do produtor, se o arroz sobe, se a soja sobe, se o milho sobe, sem nenhuma explicação, sobe o adubo, e o herbicida, sobe o fungicida. O que é isso? É para ir atrás da renda do produtor.

Foi falado aqui que 65% dos produtores, o Schardong falou isso, não financiam no

sistema oficial, e quem empresta para eles empresta a juros escorchantes, Deputado Luis Carlos Heinze. O produtor é que paga; tiram dos produtores. Os Governos Estaduais, e o nosso não é diferente, para dar incentivo fiscal para montadoras, para grandes empresas de transformação, de informática, disso e daquilo, tem quem tirar de um lado, é obrigatório. Tira de onde? Do lado mais fraco, da cadeia produtiva primária. Então o Governo também tira dos produtores, e termina estourando nos produtores e nos consumidores.

Nós entendemos que, como se não bastasse, nós temos isto dentro dos produtores: quem tem terra explora, quem não tem, e quem tem água explora quem não tem também. Tudo isso canaliza, Schardong, para explorar o pobre do produtor, que é quem amassa o barro e quem paga a conta. Então esse é o fundo da crise.

Como vamos resolver essa crise? Há várias soluções. Uma delas é a reforma tributária. Essa guerra fiscal que é perniciososa para os Estados, que tira dinheiro da sociedade para entregar na mão de poucos, grandes indústrias e grandes empresas, que não gera desenvolvimento, acaba no Rio Grande do Sul, para abrir lá em Minas ou lá no Nordeste; acaba no Nordeste ou em São Paulo para abrir no Rio Grande do Sul. Não tem graça nenhuma esse jogo; só se transfere renda. Então uma reforma tributária é urgente.

O Governador Tarso Genro tem sido incansável nessa questão; está timoneando muitos Governadores do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, no sentido de construirmos uma alternativa, uma reforma tributária, que parece que está se encaminhando para o segundo semestre.

Entendemos que, na questão tecnológica da independência do produtor, o IRGA tem uma grande função, que é a de podermos investir em tecnologias que diminuam a dependência do produtor, a importação de insumos de fora para dentro da propriedade. Temos de avançar na agricultura familiar, tratar a agricultura familiar, porque a grande maioria dos produtores de arroz do Estado do Rio Grande do Sul e, com certeza, do Brasil é constituída de pequenos agricultores. Em Santa Catarina é assim também. Totalmente diversa é a grande propriedade, que tem outro nível de tecnologia, tem outras dependências, tem de ter outras soluções. Então, temos de avançar na questão da tecnologia, da reforma, da tecnologia.

Na questão da terra, temos, sim, de construir, e temos construído com o Governo Federal, um programa de compra de terras por parte dos arrendatários, aqueles que já têm máquinas, que já têm a cultura dos arroz na sua vida, que trabalham uma vida inteira para comprar a terra e pagar com aquilo que eles iriam pagar o arrendamento.

Na questão da água, por exemplo, estamos propondo, e está reunida lá a bancada gaúcha, o aporte de recursos para construirmos uma série de barragens que possa garantir aos produtores estrategicamente “linkados” nesse projeto água de forma pública, de forma coletiva, com custos compatíveis. Se hoje 63% dos produtores pagam terra, isso é mais de 10% da produção; 40% pagam água, de 20 a 25% da produção. Então, quem arrenda em torno de 35, arrenda terra e arrenda água, dá de 30 a 35% da produção. Isso é inviável em qualquer lugar.

Se não atacarmos essas questões estruturais, vamos estar, Antoninho, no ano que vem, como você disse, aqui de novo discutindo. Então, temos de trabalhar alternativas ao arroz, a questão do consumo animal, a questão das exportações com o PEP e a promoção que está aqui da APEX.

Estamos trabalhando juntos com APEX apoiando eventos para que possamos exportar nosso arroz; estamos trabalhando a questão do etanol; estamos com grupo de trabalho reativando a câmara setorial de arroz lá no Rio Grande do Sul e já com grupos de trabalho já constituídos, trabalhando e avançando nessas questões.

São essas questões que queria colocar aqui, a partir do Governo de Estado, porque entendemos que temos de solucionar o problema do arroz de vez.

Eu sei, e o Sperotto disse isso numa audiência com o Governador Tarso Genro, que temos de atacar as questões estruturais da lavoura do arroz, senão a crise continuará a mesma e estaremos sempre financiando, na verdade, a quebraadeira dos nossos produtores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Muito bem. Agradecemos nosso Presidente do IRGA, colega e amigo.

Queremos agora fazer uma composição da Mesa com a presença e a representação dos Ministérios e de quem estabelece as políticas no âmbito do Governo Federal, até porque foi combinado fazer uma apresentação compartilhada.

Então, chamamos à Mesa para participar conosco o nosso Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, o Dr. José Carlo Vaz, e também queremos a presença do Sr. Gilson Bittencourt, já muito conhecido nosso, Secretário Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Também convidamos, já na sequência, o nosso Presidente, aliás, o Diretor que está representando o Presidente da CONAB, Silvio Porto, que também compõe essas exposições.

Quero inicialmente agradecer, porque conduzimos a audiência pública para que

podéssemos, de fato, ouvir a cadeia produtiva, ouvir os segmentos da produção, da indústria, das representações, das entidades.

Agora é o momento de nós fazermos isso desde o começo. Entendemos que a melhor dinâmica nos daria essa condição de momento, até porque, ao longo das falas, já foi dito das políticas que têm sido estabelecidas, o que de prático vem melhorando, o que ajuda, o que resolve e, conseqüentemente, obtêm-se algumas sugestões de providências. Portanto, vamos ampliar o tempo para vinte a trinta minutos.

Teremos a fala da representação dos Ministérios e da política de Governo, lembrando que o Ministro Wagner Rossi está representado aqui pelo Secretário Vaz.

Tem a palavra o Dr. Gilson.

O SR. GILSON ALCEU BITTENCOURT - Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. É um prazer estar aqui discutindo, pena que seja num momento ruim: a crise conjuntural que está passando o mercado arroz, o setor do arroz como um todo. O importante é apresentarmos não só as ações que o Governo Federal vem adotando, mas principalmente já sinalizarmos algumas perspectivas em relação à questão estrutural.

Uma coisa que será destacada nesta apresentação... Inclusive, vamos fazer uma única apresentação entre Ministério da Fazenda e Ministério da Agricultura; o José Carlos vai fazer a apresentação que foi construída em conjunto. Como todas as medidas foram tomadas em comum acordo entre os dois Ministérios, fizemos isso como forma de agilizar o debate.

O mais importante é comentar duas questões. Primeiro, desde o início deste ano, no início da safra, em fevereiro, quando estivemos, a pedido da Presidenta Dilma, juntamente com o Ministro Rossi, no Rio Grande do Sul, temos adotado um conjunto de medidas. Ontem anunciamos mais algumas medidas em relação ao arroz. Somando tudo, vamos verificar que talvez seja esse um dos maiores apoios dados não só ao arroz quanto a uma única cultura, num único ano, no Brasil, inclusive superando o que foi feito em relação ao milho nos anos anteriores, caso todas as ações venham a ser concretizadas na sua plenitude.

Segunda questão, e o que coloca a todos nós num processo de discussão, é adotar, com as medidas anunciadas ontem, praticamente todas as medidas existentes em termos de política agrícola que o Governo tem ou teve a sua disposição nesses últimos dez a quinze anos, ou seja, AGF, programas de escoamento da produção, apoio a contratos de opção pública, apoio a contratos de opção privada, garantia direta via

Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar, o próprio EGF. Ou seja, todas as medidas estão sendo adotadas no claro intento do Governo Federal de fazer com que o preço recebido pelo produtor de arroz se eleve pelo menos ao preço mínimo estabelecido pelo Governo. Nessa linha é que foram e estão sendo adotadas todas as ações.

Passo ao José Carlos, que vai apresentar as nossas questões e demais considerações.

Obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, representantes do setor do arroz, colegas de Governo, senhoras e senhoras.

Transmito a todos a saudação do Ministro Wagner Rossi, que está retornando de viagem ao exterior, de uma bem sucedida viagem — o Brasil se posicionou muito bem no G-20 Agrícola e na eleição à FAO. Transmito a saudação de S.Exa., que assume o compromisso de receber o setor para discutir suas expectativas e nos recomendou que fizéssemos o maior empenho para buscar a regularização desse assunto.

Aproveito o ensejo para reforçar isso. Da parte do Governo Federal, existe uma determinação da Presidente da República e um acompanhamento de perto dessas ações por parte dos Ministros Mantega e Wagner Rossi no sentido de o Governo efetivamente contribuir para a superação dos problemas de preço por que o setor está passando. Isso está sendo feito, conforme o Gilson destacou, com uma quantidade de ações, um volume de ações bastante efetivo, bastante significativo.

Das apresentações que foram até agora feitas, acho que poderíamos retirar duas conclusões: primeiro, temos um problema de preços conjuntural e um problema de renda, também estrutural.

O segundo ponto que foi colocado, o qual me permito trazer à reflexão dos senhores, o segundo consenso que teríamos aqui é esta audiência pública foi “baixista” de preços. A maior parte das manifestações contribuiu bastante para que, no dia de hoje caísse a cotação do arroz nas principais praças de negociação.

Eu vou fazer a conclusão antes de fazer a apresentação. Eu preferi a conclusão antes de fazer a apresentação.

Se temos um entendimento de que uma parte dos problemas é estrutural, já temos o encaminhamento. A partir de amanhã, o Governo começa a se reunir com

representantes do setor, diversos representantes do Governo, e vamos procurar incluir mais representantes do setor na medida em que isso for necessário, para discutir encaminhamentos para essa questão estrutural. O diagnóstico já está bem feito por várias entidades. É só uma questão de construir a fundamentação, elencar possíveis soluções e implementá-las.

Foram apresentadas também aqui algumas questões operacionais: uma prorrogação que demora, credenciamento de armazém que está com algum problema. Isso, gente, com diálogo, com a construção de uma pauta operacional de uma sala de situação — e podemos usar o mesmo grupo para fazer isso — também enfrentamos.

Aí, quero dar o depoimento da parte do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, da CONAP, do Banco do Brasil, do Bannisul, BNDES, FEBRABAN: todos estão imbuídos da disposição de superar esses óbices operacionais. Do que precisamos é: melhorar o processo de comunicação e diagnóstico, achar logo as soluções e implementá-las. Então, temos de enfrentar essas questões operacionais.

Quanto às questões conjunturais, e me valho das manifestações do Renato e do Schardong, as medidas que o Governo anunciou somadas às de ontem são muito significativas. Então, é importante que o setor reconheça e divulgue isso, senão podemos perder o efeito de sustentação de preços em função das expectativas que essas ações podem implementar.

As ações serão efetivas. Depois, todos verão na apresentação que boa parte das AGFs prometidas já foram implementadas, boa parte dos leilões já tiveram arremates. O pessoal vai fazer as comprovações. Então, a maior parte das medidas tendem, caminham, a se tornarem efetivas ao longo deste semestre, deste ano. Precisamos ter o compromisso de divulgar que elas vão contribuir para sustentar preços. Boa parte da safra já foi comercializada, os produtores estão endividados, mas para aqueles que têm arroz essas medidas vão fazer efeito. Seria importante que saíssemos daqui com a disposição de sustentar preços.

(Segue-se exibição de imagens.)

Partindo agora para apresentação, alguns dados vocês já passaram.

A primeira tela trata a questão da área plantada e produção de arroz no Brasil, e ressalta que houve, da safra anterior para a que está em curso sob colheita, um crescimento de área de 3,5% e um crescimento da produção de 18,5%. Há até um pequeno destaque na tela.

Esse quadro de oferta e demanda no Brasil vai retornar ao final da nossa apresentação, e queria que os senhores guardassem três dados apresentados. Primeiro, o dado do estoque final da safra 2009/2010, 1 milhão 685 mil toneladas, das quais 1 milhão e 100 mil toneladas são estoques públicos. Segundo, na safra 2010/2011 a previsão de exportação de 900 mil toneladas e a previsão de um estoque final de 2 milhões 498 mil toneladas. Guardem esta informação, pois vamos retornar essa tela ao final.

Aqui o reconhecimento. Conforme já foi dito, efetivamente, estamos passando por uma depressão de preços, a nível de produtor, extraordinária e significativa.

A depressão de preços não ocorre só Brasil, ocorre no mundo, como podemos ver pelos dados e preços na Tailândia.

Terceiro: os preços recebidos pelos produtores começaram a cair em agosto de 2010 e só tiveram essa queda também transferida para os consumidores a partir de fevereiro de 2011. Agora já passam a ser recebidos pelos consumidores. Isso é só para compartilharmos e criarmos um consenso com relação a isso, porque isso já foi falado durante as outras apresentações.

O que o Governo havia anunciado até as medidas anunciadas ontem, certas medidas anunciadas ontem? O Governo havia anunciado fazer 360 mil toneladas de AGF, e temos aí os dados de 92 mil toneladas, mas já recebi informações que se tem 170 mil toneladas efetivadas e mais 100 mil toneladas em vias de efetivação, já em procedimentos próximos a sua conta, o que dá 270 mil das 360 mil toneladas.

Bom, nós tínhamos anunciado 1 milhão de prêmios, de PEP/PEPRO. Já foram arrematados até o dia 27, último leilão, 873 mil. Contratos de opção de venda ao Governo: 520 mil toneladas anunciadas, 500 mil arrematadas no processo. Garantia de preço do PRONAF, 270 mil toneladas. Pelo cronograma de pagamentos, nós entendemos que, com essas 270 mil toneladas, já houve uma sustentação de renda para os agricultores familiares.

Com aquelas medidas que o Governo já havia anunciado, garantir o preço mínimo e retirada do mercado de cerca 980 mil toneladas de arroz, garantiu o preço mínimo para 1 milhão e 170 mil toneladas sem alterar o fluxo da safra.

Com isso, o quadro que se estabelecia é que nós teríamos, ao final do período de comercialização, um excedente de 418 mil toneladas de arroz. Em função das reivindicações do setor, reconhecidas pela Presidenta da República, pelo Governador do

Rio Grande do Sul, fortemente defendidas pelas lideranças do setor, reconhecidas pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério da Agricultura, os dois Ministérios em consenso anunciaram ontem...

O senhor quer falar?

O SR. GILSON ALCEU BITTENCOURT - Em um ano normal, um excedente de 418 mil toneladas na mão do setor privado seria normal, ou seja, não seria um grande excedente. Quando foram adotadas as primeiras medidas, a expectativa era de que isso aqui fosse resolvido pelo mercado, ou seja, o mercado conseguiria manter de estoque, de um ano para o outro, 418 mil. Então, as medidas foram tomadas em um primeiro momento para atender e segurar preço, mas o que a gente verificou é que isso não aconteceu, diferente de outras situações.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ - O que foi anunciado ontem? Foram anunciadas mais 500 mil toneladas de produtos a serem beneficiados com o PEP/PEPRO e mais 500 mil toneladas para serem objeto de contrato de opção de venda ao Governo, sendo que pelo menos cerca de 50 mil serão destinadas a atender à agricultura familiar, e mais 500 mil toneladas de realização das opções privadas, o que dá um total de 1 milhão e 500 mil toneladas com estimativa de dispêndio pelo Governo de 427 milhões.

Só essas medidas propiciam a garantia de preço mínimo e retirada do mercado de 1 milhão de toneladas e a garantia de preço mínimo, mantendo o fluxo de mercado de mais 500 mil toneladas.

Então, no total, do conjunto de medidas anunciadas pelo Governo, 360 mil toneladas de arroz a serem adquiridas, 1 milhão e 500 mil toneladas a serem objeto de subvenção para o escoamento do produto, 1 milhão e 20 mil toneladas para contratos de opção de venda ao Governo, 500 mil toneladas opções privadas, e 270 mil toneladas com garantia de preço ao agricultor familiar, o que dá 3 milhões e 650 mil toneladas e um valor de 1 bilhão e 102 milhões de reais. É um valor significativo. É uma intervenção significativa.

Com isso, nós vamos abranger 3 milhões e 650 mil toneladas, 26% da safra, garantindo o preço mínimo; retirada do mercado até 1 milhão e 980 mil toneladas e garantindo o preço mínimo até 1 milhão e 670 mil toneladas. É um esforço significativo e que tem todo o entendimento da parte do Governo de que vai repercutir nos preços do que falta comercializar.

Voltando àquele quadro da oferta e da demanda no Brasil, estávamos com um

cenário de 2 milhões e 498 mil toneladas de estoque final, com previsão de exportação de 900 mil toneladas. Com os leilões de prêmio que nós estamos fazendo, elevamos a previsão da exportação para 1 milhão e 500 mil toneladas, o que levaria a um estoque físico final de 1 milhão e 198 mil toneladas. Porém, é preciso ressaltar que nós teremos um estoque público de 2 milhões e 480 mil toneladas, o que leva a um cenário de déficit de 482 mil toneladas dos estoques do Governo, que, por não exercício de opções, vão retornar ao mercado para fluir. Então, estamos fazendo uma intervenção significativa no quadro de suprimento.

É entendimento do Governo que, com as medidas anunciadas, não deverão restar produtos excedentes no mercado interno. Nós teremos, sim, um déficit potencial, que será revertido mediante utilização dos estoques, e entendemos que haverá uma progressiva reação, nos próximos 60 dias, nos preços pagos aos produtores.

Agora, como reconheceu o Schardong, uma grande medida também é a retomada do diálogo para discutirmos as questões estruturais. Vamos trazer representantes de vários entes, como ali está enfocado, e mais alguns entes que não estão ali, para discutir questão de destinação para o arroz.

O arroz é um produto pouco polivalente. Não dá para continuar nessa situação de ser só destinado à alimentação humana. Sobre custo de produção, como o Cláudio enfatizou aqui, há a questão de arrendamento de terra; a otimização da área plantada, como o Renato enfatizou; atividades e cultivos alternativos, que está na proposta da própria Federação, e a questão que o Gilson pediu para enfatizar e nós vamos enfrentar isso em conjunto, é a da tributação, principalmente no que se refere ao ICMS interestadual.

Então, era isto que queríamos passar para vocês: o compromisso do Governo de apoiar o setor, tanto nas ações conjunturais quanto nas ações estruturais. É determinação da Presidente da República. Entendemos que as medidas anunciadas ontem, somadas às anteriores, terão repercussão, e é importante que o setor enfatize isso.

O Governo está disposto, se necessário, a entrar com outras ações, concertadas com o setor e devidamente fundamentadas dentro do processo decisório das políticas públicas, para conseguirmos reverter, minorar o quadro que está aí e que parte, principalmente, de termos a visão futura — para onde vai a cadeia do arroz, para onde vai o mercado do arroz, para onde vai o suprimento de arroz — a fim de podermos desenhar outras medidas reativas.

Eu queria passar ainda para o Gilson, que vai falar sobre o endividamento, e aí nós ficamos à disposição.

Não sei se, Sílvia, você vai querer falar em seguida? Então, depois do Gilson...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Só, fazendo uma interrupção, mas para aproveitar a linha de raciocínio, quando você fala em consumo, fala consumo de 12 meses; o consumo daqui até a próxima safra. Aquele intervalo, ali.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ - E eu acho que, como me parece que foi dito por um dos representantes aqui do setor, acho que foi o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Prevê um consumo de 12 milhões de toneladas, mas é 12 milhões em 12 meses.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ - É. Alguém falou aqui, perdoem o esquecimento do nome, que nós precisamos ter uma política que trabalhe com 3, 4, 5 anos. Eu não sei... Aliás, não é que eu não saiba, mas acredito que, para podermos sinalizar uma solução para o estoque que nós temos de safra, nós precisaríamos trabalhar um fluxo de 3 a 4 anos mais para frente. Porque é preciso que haja convencimento dos formadores de opinião de que, lá na frente, não haverá retorno aos vícios do passado. Do contrário, eles não tomam decisões, não mudam seus hábitos de compra, seus hábitos de definição de preço, seus hábitos de investimento. Eu diria isso.

Então, eu passo para o Gilson, depois o Sílvia, termina a fala pelo Governo, se o senhor permitir, e aí entramos para o debate, ou outra forma que o senhor orientar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Ótimo. Nós estamos agora com 23 minutos. Então, estamos com um tempo bom para podermos ainda aproveitar as falas da representação de Governo.

Gilson.

O SR. GILSON ALCEU BITTENCOURT - Rapidamente, Deputado, só para reforçar que essa questão da tributação e do ICMS não é um privilégio do arroz. Nós temos enfrentado isso em vários produtos, principalmente produtos agrícolas, quando trabalhamos com importação e exportação. Nós temos o problema do milho do Mato Grosso quando comparado com o Nordeste; nós temos o problema do trigo, que volta e meia enfrenta situações similares, que o que produz é, efetivamente, a guerra fiscal. A princípio, um produto importado não deveria ter nenhum privilégio, e não é isso que

acontece. E é esse debate que nós esperamos trazer para o segundo semestre, que vai ter uma importância muito grande, aqui na Câmara dos Deputados, na medida em que isso afeta efetivamente Estados. Hoje, essa alíquota de 12 e de 7, somada à guerra fiscal, provoca essas distorções.

Bem, rapidamente, em função do tempo, para aproveitarmos o tempo para o debate, especificamente em relação ao crédito rural, é importante destacar que já há uma medida para as operações do BNDES que permite a prorrogação, em caso de dificuldade de comercialização, de até 100% da parcela de investimento que vence neste ano. O arroz, hoje, tem toda a condição de se enquadrar nessa medida.

O Banco do Brasil e o Banrisul, até pelo que me informaram, e me passaram um documento, já estão avançando no processo de prorrogação, de forma bastante simplificada, dessas operações de investimento com recursos do BNDES para os produtores de arroz. Então, isso já está dado, já é uma resolução que prevê esse tipo de situação, exatamente para não esperar o processo de a crise chegar. Se teve dificuldade, o produtor pode solicitar e isso já está autorizado pelo Conselho Monetário Nacional.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GILSON ALCEU BITTENCOURT - Isso é para todos os créditos, não é só para arroz. Exatamente. Como, no geral, o limite para essa renegociação é de 8% da carteira de cada banco, em nível nacional, para todos os produtos. Como, neste ano, o problema está focado em arroz, há possibilidade de se atender, em última instância, até 100% da cadeia do arroz, na medida em que é 8% em nível nacional, e para todos os produtos. Não é 8% por produto nem por Estado; é em nível nacional, o que daria a condição de atender todos. Essa resolução está dada, e caso haja dificuldade e em algum momento extrapole o limite estabelecido de 8%, já há um compromisso do Ministério da Fazenda de propor ao Conselho Monetário Nacional a ampliação desse teto.

No caso de custeio, também já há uma previsão. Eu acho que, talvez, no custeio, a grande dificuldade efetivamente esteja na análise caso a caso. O investimento é mais fácil nesse processo, na medida em que o investimento é um recurso adicional que o produtor tem dentro da sua renda para pagar. No custeio, apesar da queda do preço, sempre há algum recurso entrando. Nesse caso, em geral, há uma dificuldade maior dos bancos em prorrogar. Mas, de forma geral, já existe essa possibilidade. Talvez o foco, insisto, esteja na questão do caso a caso em relação ao custeio, que já permite, em geral, até 3 anos de prorrogação.

O que o Banco do Brasil está fazendo, e fez num primeiro momento, pelo que nos informaram, é jogar ainda para este ano a prorrogação, sem converter isso numa operação de 3, 4 anos. Mas o foco é, se a situação continuar, vai ser preciso fazer isso. Não vai ter outra alternativa que não jogar para frente essas operações, ou pelo menos uma parte importante delas.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Eu acho que o Sílvio Porto pode nos fazer uma abordagem.

Eu não sei se dá para esperar, Schardong. Um minutinho, então.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG - Só por uma questão de justiça, esse problema todo que houve com a CONAB não nasceu na CONAB. Foram exigências do Tribunal de Contas da União, que mudou a regra do jogo nas vésperas de começarem os mecanismos. Então, eu quero deixar bem claro: no Rio Grande do Sul, não foi problema da CONAB; foi essa mudança de regra do jogo na última hora, a *checklist* nova que surgiu, que o produtor não teve condições, pelas exigências, algumas até difíceis, de executar. Só gostaria de dizer isso, antes que o Sílvio falasse.

E digo ao Dr. José Carlos que o limitante da lavoura de arroz é a água. Se São Pedro não faz chover, agora, no inverno, na primavera, diminui a área. Arroz depende muito de água. Não adianta estipular uma área para plantar. A água é fundamental.

(Não identificado) - Isso eu vou aprender com vocês nas discussões do grupo estrutural, está bem?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

(Não identificado) - Esse é um pleito do setor, Sperotto? Esse é um pleito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Para nós depois entrarmos efetivamente no debate, vamos assegurar a palavra ao Diretor da CONAB, até porque parece que há informação de uma flexibilização das exigências do credenciamento dos armazéns para habilitação para as operações. É uma notícia recente, eu tenho certeza de que será objeto da sua fala.

Com a palavra o Diretor Sílvio Porto.

O SR. SÍLVIO PORTO - Muito obrigado, Deputado Afonso Hamm. Boa tarde aos demais Deputados, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, foi apresentado aqui um dado como se a importação de 1

milhão de toneladas no ano passado fosse algo tão estranho, no que se refere à internalização — porque não dá nem para chamar de importação — do produto do MERCOSUL. Em 2001, foram praticamente 1 milhão de toneladas. Para ser mais preciso, 957 mil toneladas entraram, também internalizadas do MERCOSUL em 2001.

Portanto, essa relação de entrada e saída de produto é histórica, faz parte desse jogo, jogo que foi definido lá em 1995. Não foi agora, recentemente. Ou seja, foi ratificado, foi aprovado o acordo do MERCOSUL, no qual produtos como arroz, vinho, leite etc., de fato, não foram gravados, não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SÍLVIO PORTO - O.k., mas foi aprovado, isso lá em 1995, inclusive ratificado por esta Casa, esse acordo do MERCOSUL. Então, acho que esse é um elemento importante.

Se nós olharmos historicamente inclusive, no ano de 2003, 1 milhão e 600 mil toneladas foram internalizadas. O fato do ano passado aconteceu porque nós tivemos uma quebra de safra bastante expressiva, como na apresentação do Renato ficou bem claro, e na verdade nós exportamos um pouco mais de 600 mil toneladas.

Eu diria que, para este ano, até agora, historicamente, e possivelmente, se esse for o cenário do segundo semestre, semelhante ao primeiro, será um ano em que vamos internalizar o menor volume, muito abaixo, de fato, daquilo que vínhamos fazendo. Tudo indica que vamos ficar em 400 mil toneladas de importações do MERCOSUL, e uma exportação, como já demonstrado aqui pelo José Carlos, bastante expressiva, exatamente pelos prêmios de escoamento, que vão fazer esse equilíbrio.

Falando do problema estrutural, o Rio Grande do Sul, de 2004 para 2010, passou de uma representação de 45% da produção nacional para 65%. Isso, obviamente, gera uma pressão sobre preço naquele momento, e principalmente neste primeiro semestre, que sempre vai ser estrutural, porque não há como empurrar e criar um mercado artificial. Nós temos um mercado internacional em que nem dá para dizer que arroz é *commodity*; é um mercado em que pouco mais de 30 milhões de toneladas circulam no mundo, arroz de um país para o outro, de uma produção de aproximadamente 600 milhões. Portanto, falamos muito aqui de exportações, mas, na verdade, exportações também são muito limitadas. E, de fato, a questão estrutural passa por outros usos.

Quando se discute, por exemplo, a possibilidade de uso animal, uma questão que acho crucial é o fato de que nós temos, por exemplo, uma indústria de óleo de arroz,

excelente óleo do ponto de vista nutricional inclusive, muito melhor do que o óleo de soja, e é uma indústria que está paralisada, estagnada; é uma indústria que não avança. Acho que um trabalho que pode ser feito é no sentido de dar um outro uso, dar destaque à possibilidade de outros usos, inclusive muito mais nobres. Estão surgindo em algumas ideias em relação a isso.

O Cláudio, Presidente do IRGA, citou o preço no varejo. Essa é, de fato, uma questão crucial. Hoje, inclusive, houve o anúncio de que o Carrefour está comprando o Pão de Açúcar. Se nós já tínhamos um problema... E aí, eu chamo a atenção, sobretudo aqui, da bancada e do Congresso, no sentido de que temos hoje um problema: 3 supermercados representam quase 50% do que se comercializa no Brasil; e agora vamos passar a ter 2 supermercados apenas.

Eu espero que, talvez no âmbito do CADE, isso seja vedado, que seja dado a isso um tratamento... Porque eu diria que é um risco para a segurança alimentar do nosso País, e, sobretudo, um risco no sentido da concentração econômica que vem acontecendo nesse setor. Esse é um problema extremamente sério!

Sobre a republicação das INs sobre a classificação, a IN-06, a IN-11 e a IN-12: nós não modificamos as portarias, ou melhor, o conteúdo dessas portarias. Elas foram republicadas a pedido do setor, porque nós prorrogamos o prazo de importação. Então, na verdade, não é por não termos claro o que queríamos fazer; o setor solicitou, houve um entendimento, uma compreensão por parte do Governo, elas foram prorrogadas e, agora sim, estão valendo. Eu acho que é importante que valha no sentido de qualificar.

Aproveito para dizer por que nós, no caso de opções públicas, não incorporamos o pedido da possibilidade de fazermos compra de produto tipo 2. Se nós temos, só no Rio grande do Sul, 8,9 milhões de toneladas sendo colhidas, boa parte desse produto é produto tipo 1. Se nós aceitarmos a possibilidade de que, nas opções, também sejam adquiridos produtos tipo 2, certamente não vamos nos balizar pelos 29 reais que estamos sinalizando para novembro, porque teremos que aplicar um deságio. Portanto, isso contribui negativamente, na perspectiva de que nós façamos uma elevação de preços a partir dos instrumentos de Governo.

Então, a nossa opção é no sentido de comprar o melhor produto, porque é interesse do Governo. Por que temos de comprar um produto de segunda categoria? Nós queremos comprar bem, também queremos comprar o melhor, e há produto nesse sentido. No AGF nós permitimos a entrega do tipo 2, mas, nas opções, estamos sinalizando um preço altamente vantajoso e, obviamente, exigindo a perspectiva de

qualidade.

Sobre o que foi colocado a respeito de adoção de práticas desleais, mais uma vez, peço que essas questões, efetivamente, sejam formalizadas, porque questões colocadas ao vento... Isso vai para a imprensa, não chega concretamente às nossas mãos. Nós não temos condições de tomar nenhuma medida real, concreta, para coibir esse tipo de prática desleal. Se ela é desleal, é porque há alguém aceitando também a deslealdade. Aqui, eu chamo o setor produtivo também à responsabilidade, nesse sentido, porque, se há esse tipo de prática, alguém a está impondo e alguém a está aceitando. Eu concordo, Renato, eu sei que não é fácil no sentido de *“Bom, eu quero vender e aproveitar a oportunidade de ganhar um pouquinho mais, mesmo que eu tenha que dividir o prêmio”*, como é a notícia que, muitas vezes, nos colocam.

Ou seja, em relação a todas as notícias efetivamente formalizadas — muitas vezes são faladas, mas rarissimamente são formalizadas —, se chegarem às nossas mãos, nós vamos tomar as medidas cabíveis, com o Ministério Público Federal ou com a Polícia Federal, para que possamos fazer a verificação *in loco*, de fato, porque não temos poder de polícia, não é este o nosso caso, e nós vamos encaminhar aos órgãos competentes para que possam tomar providências. Aqui, na verdade, eu peço contribuição ao setor no sentido de formalizar a notícia concretamente. Todas as notícias que chegaram até hoje, nós as encaminhamos.

Novas exigências. Eu agradeço ao Schardong a referência que fez. Só quero fazer um registro: essa exigência veio já em 2009, e nós fizemos a modificação da norma em março de 2010. Isso foi comunicado, ou seja, foi implantado, passou a ser parte da nossa norma, portanto não foi algo que aconteceu agora, em janeiro de 2011. Foi há mais de um ano, para o início das operações. Hoje, por voto de diretoria, foi flexibilizada, digamos assim, essa questão da exigência em relação à garantia, à caução, que vai ser feita por processo de desconto, de retenções mensais, até que se componham os 5%. Esse pleito havia sido solicitado e, em princípio, foi aprovado no âmbito da diretoria — quero chamar aqui a atenção, mais uma vez.

A Lei de Armazenagem foi aprovada há alguns anos. Na nova Lei de Armazenagem aprovada por esta Casa previa-se a certificação de armazéns. A certificação de armazéns vem sendo sistematicamente prorrogada, a pedido do próprio setor, e o Governo vem postergando isso.

Quero chamar a atenção dos senhores para o fato de que esse é um setor difícil, complicado. Para nós trabalharmos com estoques públicos, das duas uma: ou nós

montamos uma grande rede de estrutura pública, que não tem sido a opção do Governo, ou trabalhamos com terceiros. Essa tem sido a opção, a de trabalhar com terceiros. Aí nós ficamos também sujeitos, porque, primeiro, nós temos que impor regras mínimas que nos deem segurança para fazer armazenagem na estrutura de terceiros. Outra é que esses terceiros têm de querer operar conosco.

No Rio Grande do Sul, infelizmente, muitos armazenadores não têm interesse de operar com o Governo, porque, no giro de outros produtos, possivelmente, tenham um resultado econômico melhor. E aí não há o que possamos fazer. Então, essa é uma situação real e concreta.

Eram essas as questões que eu gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Se o senhor puder finalizar...

O SR. SILVIO PORTO - Estou finalizando. Quero ainda reforçar mais um dado, que coincide com o que disse aqui o José Carlos. Em agosto do ano passado começaram a cair os preços. Foi praticamente em setembro. Naquele momento, já existia a expectativa de uma grande produção de arroz no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Então, isso também corrobora com esta questão, é também um elemento. Naquele momento, o mercado travou e saiu daquele cenário bastante positivo, ou bastante otimista, do primeiro semestre, para um cenário de queda. Foi quando nós acabamos, depois, fazendo os leilões de cerca de 200 mil toneladas de PEP. Foi a partir de novembro e seguiu até janeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos ao Diretor Silvo Porto e lembramos que os representantes da APEX estão aqui também. Nós não vamos abrir espaço neste momento, porque, embora estejamos adiantados no horário, está havendo uma sessão no Plenário, que está andando.

Eu queria agradecer ao Henrique Osório Dornelles, nosso Presidente da Associação dos Arrozeiros de Alegrete, que havia pedido para falar. Vou ver se consigo dar a ele essa oportunidade, um pouco mais à frente, para que possa fazer um encaminhamento, dar a sua contribuição, mas para fazer uma apresentação fica um pouquinho complexo.

Convido o Deputado Onyx Lorenzoni, que, junto comigo, é autor desta audiência pública, a se manifestar em primeiro lugar. Na sequência, darei a palavra ao Deputado Valdir Colatto, Deputado Moacir Michelett,; Deputado Paulo Cesar Quartiero, Deputado

Marcon, Deputado Luis Carlos Heinze, líder do setor do arroz. Quero até mencionar que ele tem feito, ao longo desses anos, a liderança, e nós complementamos essa atividade. Também concederei a palavra ao Deputado Jerônimo Goergen, Professora Marcivaniapcuap e ao Deputado Alceu Moreira, igualmente inscritos, até agora.

Se mais alguém quiser se inscrever, para que tenhamos as falas dos nossos Parlamentares, poderá fazê-lo.

Então, com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni, que já presidiu esta Comissão, e eu fui seu Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Deputado Afonso Hamm, depois de ouvir a explanação dos representantes do Governo, eu chego à conclusão de que V.Exa. e eu, que temos o hábito de andar pelo Rio Grande e ouvir os produtores de arroz do nosso Estado, temos que pedir desculpas aos ocupados representantes do Governo pelo tempo que tomamos deles. Eles vieram aqui e pintaram o cenário de que estamos no paraíso e não descobrimos isso. Porque tudo foi atendido, está tudo resolvido, está tudo organizado e está tudo solucionado.

Aliás, por aqui perpassaram, inclusive, análises que dizem: *“Que bom, o regime capitalista é o problema do arroz. A lei de oferta e procura é a tragédia que se abate sobre o produtor”*.

Estou curioso. Este é o País de um Governo curioso. É o Governo que pega dinheiro público e nega para hospitais, nega para a infraestrutura, nega para a segurança e dá a grandes empresas, para fazer grandes conglomerados. E agora reclama que vai haver uma concentração no setor de varejo. Este é o Governo que está governando há 9 anos. Então, não tem nem mais a quem culpar.

Eu não esqueci que, em 2008, tive a honra de ter V.Exa. como Vice-Presidente quando presidi esta Comissão. Lembro-me de que ali terminava uma tentativa de uma nova securitização. Eu ouvi o diálogo feito com os representantes do Governo — tem gente aqui — e eu vi aquele rochedo de insensibilidade, de incompreensão para com o setor produtivo primário brasileiro, o gaúcho em particular.

Lembro-me também de que só saímos dos 70, 80 milhões de toneladas de grãos, Deputado Heinze, porque fizemos uma securitização no início do ano 2000, que permitiu à indústria de máquina triplicar a sua produção, que permitiu ao Brasil virar a casa dos 140, 150, 160 milhões de toneladas. Por quê? Porque se deu fôlego e se deu, durante algum período, condição de rentabilidade.

O **Schardong** trouxe aqui uma frase, com a qual concordo. Eu ouço as pessoas que estão produzindo, e elas todas me dizem, fazendo coro ao **Schardong**, que o prejuízo está dado, pelas razões que ele externou aqui, junto com o Renato, de maneira clara, límpida e competente.

Por acaso, quem governa há 9 anos nunca soube disso?

Há pouco ouvi uma pérola: *“Não, no final do ano passado já sinalizava que ia ter uma supersafra”*. E aí, cara pálida? E aí fica olhando? E aí não faz nada? Ou lá na ponta há pessoas que não merecem respeito? São instrumentos de uma política de Governo. Se derem lucro para o Governo, *“que bom, maravilha.”* Se não derem, *“que se danem, porque o meu está garantido no final do mês, porque eu estou ancorado na burocracia do Estado”*.

Estou sendo duro, porque a vida lá é dura. Aqui é fácil, aqui é ar-condicionado, *laptop*, é mexer com papel. É uma barbada! Quero ver lá, na ponta, como é que é.

Nós aqui, Deputado Hamm, provocamos este momento na esperança de responder alguma coisa que as pessoas nos perguntam lá. Não dá para mudar o sistema, até porque quem mudou o sistema quebrou.

Eu quero que me mostrem o tal sistema que estava no meio do jogo de palavras que foi usado aqui. Nem quem representou isso do ponto de vista político acredita nisso. Tanto é que na China o sistema nem é capitalista; é mercantilista. Está tomando conta do mundo com o velho mercantilismo. Não é nem capitalismo. E aqui eu tenho que ouvir que o problema é o sistema. Vamos fazer aqui uma revolução comunista, socialista, vamos resolver o problema do produtor de arroz, do produtor de soja, do produtor de gado, do produtor de frango, do produtor de suíno e por aí afora.

Então, eu quero pedir desculpas, de minha parte, com a ironia de quem ouve as pessoas, de quem vê as pessoas e vê o desespero daqueles que veem sua vida ruir, desmoronar. O que eu entendi dos produtores do meu Estado, Deputado Heinze, é que eles vivem um drama verdadeiro, profundo, que atinge as suas existências e as suas famílias.

Eu tenho amigos que eram grandes e estão hoje à beira ou de um enfarto ou de uma bala na cabeça, porque são homens de palavra, homens de honra, que não querem manchar nem o seu nome, nem o da sua família. É por eles que eu assinei junto com V.Exa. o requerimento para termos este momento que estamos vivendo aqui.

Por isso que eu quero pedir, com muita serenidade, com muita humildade, que repensemos tudo o que dissemos aqui, principalmente quem representa o Governo. É bom ser Governo? Ah! É muito bom. Não há dúvida nenhuma disso. Há 12 anos, cumpro aqui a missão de ser Oposição e tento cumprir da melhor maneira o meu papel. Agora, quem está no Governo tem o ônus de buscar a solução, de prever o problema, de se antecipar a isso, de se planejar.

Nas mais variadas culturas brasileiras eu assisto ao fracasso de uma política de médio e longo prazos de um Governo que é ótimo no discurso, mas é uma tragédia na prática. Eu não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Só peço que reflitamos sobre tudo aquilo que disse cada um dos senhores que representam o Governo. Que os senhores cheguem no espelho e reflitam. Não aqui, não agora. Agora, os senhores têm que negar tudo o que eu estou dizendo aqui. Claro, eu sou um homem da Oposição, é o meu papel. Mas quando chegarem em casa, sozinhos, quando olharem no espelho, olho no olho, no espelho, vejam se dá para sustentar esse discurso para si mesmos. Duvido. Se der para sustentar, não está mais aqui quem falou. Os senhores estão certos, e os milhares de produtores de arroz do meu Estado estão errados. Agora, se aqui os senhores cumpriram um papel que lhes era determinado, pelo menos tenham a honestidade pessoal e a hombridade de revisar conceitos e de ajudar esses homens e mulheres que fazem a grandeza deste País e do Estado que eu represento.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos ao Deputado Onyx Lorenzoni, que fez um desabafo em seu posicionamento.

Na sequência, vamos conceder a palavra a três Parlamentares, se os senhores concordarem. Temos aqui oito inscrições, a menos que ocorra mais alguma. Ou também

podemos dividir em dois blocos de quatro.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Bota todo mundo, tchê!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Então, colocamos todos para falar? Então, tá. Se há concordância, concordamos, então.

Agora vou limitar um pouquinho o tempo. O Deputado Onyx, como proponente, tinha o tempo que desejasse. Agora, serão 3 minutos. Acho que são suficientes. Se alguém desejar um pouquinho mais, apertamos ou liberamos um pouquinho mais. Mas não podemos passar muito desse tempo. Então, é preciso desenvolver uma linha de encaminhamento ou de questionamento dentro do tempo de 3 minutos.

Deputado Valdir Colatto, do PMDB do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente Afonso Hamm; debatedores; representantes do Governo: Gilson, José Carlos e Porto. Eu tive de me ausentar para, junto com o Paulo Piau, ter uma conversa com o Ministro da Agricultura. Pedimos a ele que solicitasse à Presidenta Dilma uma audiência com os ex-Ministros da Agricultura, visto que deram oportunidade aos ex-Ministros do Meio Ambiente para que pudessem falar sobre a questão ambiental. Acho fundamental ouvir os dois lados para tomar as decisões. Tenho certeza de que a Presidenta vai tomar a decisão correta quando estiver com a informação correta, dos dois lados, sobre a questão ambiental, sobre o nosso Código Florestal, que está sendo tratado no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, um executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Maçã disse para mim o seguinte: *“Olha, 80% do que se falou aqui do arroz cabe para a questão da maçã de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul”*.

Eu acrescento o que outro produtor que estava aqui comigo disse: *“Eu tenho uma granja de suínos de 100 criadeiras, estou entregando toda a granja por mil quilos de suínos por mês, para me entregarem quando quiserem, e eu não acho quem queira criar suínos por mil quilos”*. Hoje, o aluguel seria em torno de R\$1.500,00 por mês. Citei esse exemplo, Gilson, para você saber a situação pela qual passam os nossos produtores de maçã, os de suíno e os de arroz, que nós debatemos aqui. Acho que todo mundo tem essas informações. Nós precisamos buscar soluções. Essa é a nossa função de Governo, de Parlamentares. E aqui o setor está trazendo uma situação complicadíssima.

Eu acho que essa é uma questão de segurança nacional e segurança alimentar. Imaginemos que os brasileiros, os catarinenses e gaúchos, que plantam arroz irrigado deixem de plantar arroz no Brasil. Nós vamos trazer esse arroz de onde? Da Argentina?

Do Uruguai? Das Filipinas? Se nós não tivermos a garantia de produzir o nosso arroz e feijão de cada dia, o que será deste País? Como nós vamos tocar este País desse jeito?

Há outras questões. Se a suinocultura cair, quando vamos retomar isso? Como vai ser? E todo esse pessoal que está envolvido nesse processo, Presidente Hamm?

É uma questão de Governo. Tem de ser tomada uma providência. Não adianta ficarmos aqui justificando o injustificável, temos um problema e temos de resolvê-lo.

Gilson, as ações que estão acontecendo — AGF, PEP, sei lá o que — não estão resolvendo. Eu comungo com a proposta do Luis Carlos Heinze, de que se está matando para tentar convencer as pessoas de que a nossa subvenção seria a saída.

O Sílvio Porto disse aqui que não dá para fazer AGF porque o Governo não tem armazém. Ora, se não tem armazém, não pode comprar. Vai por onde? Tem de pegar armazém de terceiro, porque a política de Governo não é armazenar. Se não pode comprar, vê o preço mínimo do mercado, paga a diferença para os produtores, e está resolvido. Não precisa comprar, não precisa armazenar, não precisa fazer nada. É a solução. Esses 700 milhões que vão ser gastos nessa operação que está sendo proposta vão ser para o Governo comprar, vender. Não sei o que vai fazer.

Acho que nós temos de ser práticos nessa questão e não podemos esperar. Então, preço mínimo não dá para cumprir porque não tem armazém. Dá, sim. Nós podemos fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Para concluir, Deputado Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Estou concluindo. Bom, se nós sabemos que não tinha mercado para esse arroz, onde está o planejamento de Governo? O Deputado Heinze tem a missão agora de fazer isso. Sei que V.Exa. tem intenção de fazer isso. Onde está o planejamento do Governo? *“Olha, não planta porque não vai ter mercado”*. O produtor planta, não tem para quem vender, não vai pagar o preço mínimo. Preço mínimo é lei no Brasil. O Governo tem de cumprir o preço mínimo e não está cumprindo. Que o mercado se ajuste.

Imposto. Imposto é uma adição de Governo Estadual e Federal. Vamos pedir lá para o Tarso Genro retirar o TAC do ICMS. Acho que é uma solução para o Rio Grande.

Essa questão da abertura de mercado, pelo amor de Deus! Está aí o custo. Se o nosso custo é 2.100 dólares, outro é 1.400, ora, é só comparar os insumos. Por que não

podemos comprar para o lado de lá? Eu acho que é uma saída que temos de trabalhar.

Ouvi aqui o representante da indústria. Temos também de trabalhar um pouco essa parceria entre o produtor, a indústria e o supermercado. Ela não existe. Então, é só no arroz. Alguém está ganhando dinheiro nesse processo. Ora, 10, 12 milhões de toneladas de arroz produzido no Brasil, e todo mundo está levando prejuízo? Que pessoas mais idiotas são essas, que estão produzindo e plantando com prejuízo e ninguém ganha dinheiro? Estão alimentando o Brasil a preço baixo, e o povo aplaudindo o Governo porque está comendo comida barata! Aliás, a única coisa que baixa no País é comida.

Então, eu acho que nós temos que trabalhar essa parceria. Se três supermercados têm 50% de todo o mercado, com certeza o mercado não está comprando e vendendo arroz com prejuízo, com certeza. A indústria, eu não vejo essa profusão de indústria quebrando porque não está tendo condições de trabalhar com arroz. Acho que nós temos que trabalhar...

Proponho aqui que nós façamos o seguinte: vamos respeitar a lei ambiental, considerar as várzeas como área de APP, como querem muitos. Pronto. Não colocamos arroz nas várzeas e está feito, já ficam 2 milhões de toneladas, e o resto acaba. Nós fazemos isso ou fazemos uma redução de no mínimo 20% da produção do plantio, aí o consumidor vai pagar caro e, talvez, o Governo subsidie lá no mercado para o consumidor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Obrigado, Deputado Colatto.

Deputado Moacir Micheletto. *(Pausa)* Não o visualizo, está presente neste momento? *(Pausa.)* Estava aqui conosco. O Deputado Quartiero também esteve em boa parte desta audiência, mas neste momento não está presente.

Com a palavra o Deputado Marcon, do PT do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO MARCON - Deputado Afonso Hamm, que está coordenando os trabalhos, demais companheiros que estão na Mesa, companheiros do Governo, companheiro Cláudio, que é representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Como vejo que essa questão do arroz? Em primeiro lugar, quero dizer aqui que o Governo, tanto o Governo do Presidente Lula, como o da companheira Dilma, está preocupado com todo o setor da agricultura: arroz, suinocultura, fruta, trigo. Nunca houve tanto dinheiro para a agricultura como nos últimos anos. Quem não reconhece isso é

porque não quer reconhecer. O Governo sempre olhou para o setor da agricultura, sempre.

Nessa questão do arroz, não precisa falar mais em como se encontram os nossos arroteiros, os grandes, os médios e os pequenos. No Rio Grande do Sul, a realidade é que boa parte dos que plantam arroz são arrendatários; plantam, arrendam a terra e a água, e quem ganha é quem não trabalha. Essa é a realidade que nós temos em várias regiões do Rio Grande do Sul.

Acho que o Governo teria que ampliar o crédito fundiário e ter uma linha de crédito para esses que querem comprar terra para produzir arroz. Acho que essa é uma das questões que temos que olhar para frente.

Esteve aqui semana retrasada o Presidente do IRGA e o Secretário de Obras e Deputado Federal Busato. Colocaram lá no Rio Grande do Sul as barragens para facilitar tanto a questão da água, como também a água para irrigação no plantio de arroz.

Vejo que temos que discutir a questão estruturante para frente. Tem essa questão que é para ontem. Nós temos uma situação muito difícil no Rio Grande do Sul no que se refere ao setor agrícola. Mas sobre o Rio Grande do Sul falo mais da questão do endividamento. Quanto à questão do fumo, há Municípios em que é apavorante a forma com que as pessoas estão abandonando as terras para irem morar na cidade. Esse povo vai ter um custo para ficar na cidade. Para essa questão do arroz, vejo que aqui já foram apresentadas várias sugestões. A CONAB antes tinha um papel, agora tem o papel de regulamentar e comprar a produção dos agricultores, de credenciamento de armazém. Quanto à questão do endividamento, nós não podemos deixar que mesmo sendo arrendatário quebre mais do que está quebrando.

Acho que temos que ver soluções concretas, e o Governo está se esforçando para isso, tanto o Governo Federal, quanto o Governo do Estado. Nosso Secretário da Agricultura, Luiz Fernando Mainardi, esteve várias vezes aqui em Brasília nesta pauta, reconhecida pela própria FEDERARROZ do Rio Grande do Sul.

Estão, quero dizer aqui que nós temos que achar, sim, solução, mas o Governo está fazendo o possível para achar soluções neste momento de crise em que está o setor, principalmente na região Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos ao Deputado Marcon.

Menciono a presença, desde o início, do Prefeito de Nova Santa Rita, Francisco

Brandão. Agradeço também a presença de tantas representações aqui; também do João Belo, do qual fui colega, como assessor do Pratini de Moraes; na época depois, na sequência, o próprio Jerônimo, Deputado que está aqui conosco; o Folador, que preside a Associação dos Criadores de Suínos. E aqui está uma série de representações que a gente não havia mencionado ainda, para valorizá-las porque estão presentes desde o primeiro momento.

Então, passo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze, pelo Partido Progressista do nosso Estado do Rio Grande do Sul, que tem sido o grande líder do setor do arroz aqui no Congresso ao longo desses tempos. Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, debatedores, Gilson e Zé Carlos, que aqui estão. A gente entende os mecanismos e o próprio volume: o problema é dar o remédio na hora errada, certo?

Sobre esses mecanismos, quando foram anunciados lá em fevereiro, no Palácio Piratini, a gente dizia: *“Aquele PEP é excelente. Veio o PEP. Nós precisamos do PEP”*. Agora ele não causa o efeito imediato no processo. O AGF, Silvio, hoje tem 280 mil toneladas das 360 anunciadas. Isso foi em fevereiro, tchê. Vejam as amarrações do processo: quer dizer, existe um cara comprando a 25 reais e um infeliz vendendo a 15 reais o saco de arroz, porque não consegue vender. Não funciona, e não funciona isto aqui. Então, esse é o grande problema que nós temos no momento, em função dessas amarras.

Hoje é nova essa questão, por exemplo, Silvio, da armazenagem. Se é uma política — e a gente dizia isso desde o início —, o Governo tem que entender. A gente sabia que existia uma supersafra. Flexibilize. Eu sei que existem problemas de desvio, não estou falando de quem desviou, mas existe uma situação que tem que ser resolvida. Se o Estado brasileiro precisa resolver, ache um jeito de facilitar, tchê, e não de dificultar. Nós vamos levar agora quanto tempo para credenciar esses armazéns? É outro problema. A gente sabia que teria essa safra no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em outros Estados.

Então, o grande pepino que nós estamos vendo aqui é este: como efetivar isto aqui? Gilson, existe aquela resolução. Agora nenhum banco, Gilson, nenhum banco, com exceção do Banco do Brasil, Zé Carlos, está fazendo isso. Agora peguem os bancos particulares, eles estão ferrando os caras, tchê. Os bancos particulares estão ferrando os caras. Não querem saber da Resolução nº 3.772. Ninguém quer saber disso. Aí o miserável está vendendo a 11, 10, 15, 20 reais para poder pagar a conta. Ele foi para o

SERASA, ele foi para o CADIN, sei lá o quê. Então, está fechando a conta dele. Não adianta ter a resolução. Tem que ser uma coisa mais efetiva. Nós precisamos resolver essa questão aqui.

Eu volto a insistir, Gilson: tem que ter um mecanismo mais democrático que atenda a mais gente. Bote mais esse 1,5 milhão de tonelada de ontem para 3 milhões e pouco, ok? Isso são 35%, 36% do arroz do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina — 36%. E os outros 60% que já venderam, Deputado Alceu Moreira? Já venderam, tchê. Tchou para ti, entendeu? A 15, 16, 18 reais. Então, é um problema que vem se encadeando.

As instruções normativas que foram colocadas aqui, isso ferrou mais, Elton, o produtor. Tirou todos esses quebrados, não sei o que tem com o pessoal. Agora não aumentou o preço, diminuiu o preço do produtor. Então, saiu o *top* de linha do produto e todos os efeitos vieram nesta safra. É o pior momento que nós estamos atravessando. Eu estou há 36 anos no setor, nunca vi uma situação tão complicada como esta. Tanto tem-se falado desse processo, e nós precisamos com urgência. Não é por falta das entidades. O Renato fala não sei lá quantas vezes, tanto que Deputados que estiveram conosco, as entidades... Isso se bate, se bate... Começou quando se plantou a lavoura no ano passado, em novembro do ano passado, alertando sobre o que precisaria ser feito. Novembro, dezembro, sei lá. Nós estamos em julho, tchê. Daqui a pouco vamos plantar nova safra para quem puder plantar.

A questão do crédito, Deputado Marcon: anunciam 107 bilhões. Não adianta, 30% a 40% têm acesso ao crédito, o resto não tem crédito. E este ano vai diminuir ainda mais o acesso ao crédito porque os bancos não vão dar dinheiro. O negócio está podre, entendeu? Então, objetivamente, nós precisamos. Estou tentando articular com o Deputado Pimenta, coordenador da bancada do Rio Grande do Sul, e com o Deputado Edinho Bez, coordenador da bancada de Santa Catarina, para que o Ministro Mantega, para o qual já liguei, mas não está aí, receba 6, 7, 8, 10 Deputados de cada Estado, ou então agora a Ministra Gleisi. Eu sei que o Ministro Rossi, Zé Carlos, não tem poder para decidir. Eu sei, Gilson, que tu também não tens poder. Tinha que ser o Mantega ou a Gleisi. Alguém tem que decidir essa questão ou dizer: *“Não tem mais nada para vocês, entendeu? Dane-se. Quem puder pegar 25 do AGF ou da opção pública, ok. Quem não puder, não pegue”*.

Existe um mecanismo no qual eu estou insistindo. No tempo do Pratini nós fizemos com 25% o contrato de opção de compra — o Morceli está aqui, o Zé Maria está aqui e o Vilmonte também. Falei contigo quando nós acertamos. Esperou, estava junto. Um

mecanismo: o arroz estava 10, 11 reais numa situação como esta, e foi para R\$ 16,00. Nós conseguimos fazer isso. Cada produtor se organizou no seu Município, através da Secretaria Municipal de Agricultura, do agrônomo, do IRGA, da EMATER, do sindicato dos trabalhadores, do sindicato rural. Existem entidades em Santa Catarina que fazem a mesma coisa, para disciplinar como se fazer.

Isso é injeção na veia de um moribundo. É nisso que vai dar, direto, a tal da subvenção. Ajuda com R\$ 4,00, R\$ 5,00 ou R\$ 6,00? O que esse cara vai fazer? Vai pagar conta, só isso. Vai pagar o posto, pagar a oficina, pagar o adubo, pagar o empregado, pagar esta coisa aqui. Portanto, não adianta. Vão gastar aqui, Gilson, de 450 milhões a 500 milhões para fazer 1,5 milhão de toneladas.

Esse mesmo dinheiro faz 4,5 milhões de toneladas do arroz que já foi vendido. É um mecanismo sério, não há mutreta. O cara chega à Bolsa e *"não tem"*; chega à indústria e diz: *"Olha, te dou 3, te pago 21, e tu pegas 6 ou 7 reais."* *"Não, isto aqui é a Prefeitura Municipal!"* *"Este Comitê Municipal, ele vai dar o atestado!"* Ele tem que ter nota de produtor; nota que vendeu para a cooperativa, nota da indústria que pagou. Tudo é legal. Não há esquema nenhum para se fazer isso. Quem não tiver a nota de compra ou de venda do arroz da safra 2011, não vai fazer o negócio.

Eu insisto nisto: esse é o único mecanismo que pode atender o produtor. Vai atender diretamente aquele que precisa e que vendeu.

Ponham um limite: 10 mil sacos, 50 mil sacos, sei lá o que, como fazem com a cana-de-açúcar. Ponham isso! Volto a insistir nisso, pois é a única maneira viável, neste momento, não de resolver o problema, mas de minimizar o problema. Assim, Chicão, não se estará morto. Se nós fizermos isso, será viável a situação.

Já consultei o Tribunal de Contas e a Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura: é possível fazermos uma lei nesta Casa. Se quisermos fazer uma lei, Deputado Alceu Moreira, nós podemos fazê-la.

Bota uma medida provisória, Deputado Colatto! Insista e coloque esse negócio aqui e pronto! Depois, nós vamos trabalhar no estrutural. Precisamos disso urgentemente. Há quanto tempo se fala nisso, no estrutural?

Quem mais está ganhando com o arroz hoje se chama Governo Federal, Estadual e Municipal. O Chicão mostrou o trabalho do Antônio da Luz — e por isso quero parabenizá-lo. Vinte e quatro por cento de um saco de arroz é imposto: 52% são do Estado, 42% são da União, 6% são dos Municípios. E isso ocorre dentro da porteira, afora

os 12%, que dão 36%. Como vou competir com o Uruguai, com a Argentina e com o Paraguai? Vou me matar sempre!

Nós nunca vamos ser competitivos, não por culpa do produtor. Ele é o mais eficiente do mundo, mas não consegue acertar isso aqui, num Brasil que exportou 800 milhões de dólares de *diesel* para a Argentina no ano passado. O produtor da Argentina paga 1 real o litro de *diesel*, e eu pago 2 reais! Como vou fazer? E foi o Brasil que vendeu *diesel* para a Argentina! Como vou acertar isso, Deputado Colatto? O Chicão mostrou o preço do trator, mas o mesmo ocorre em relação a qualquer coisa que se comparar.

Nós precisamos acertar. Não é por falta de aviso, não é por falta de conversa, certo? São bem-vindos os mecanismos, a qualquer hora, mas é preciso dar o remédio certo, na hora certa, senão não adiantará. Nós vamos matar o freguês que já está morto.

Não se pode desistir, Zanatta. Eu tenho notícias de que, de 2007 para cá, já houve doze suicídios em Santa Catarina, e meia dúzia no Rio Grande do Sul. Isso é o desespero de gente séria, gente que não sabe mais o que fazer. E gente que só faz uma coisa: trabalhar. Não interessa se é pequeno ou médio, não interessa. São produtores, gente que está plantando arroz para o Brasil, e de forma excelente: temos arroz até maio do ano que vem, sem plantar. Ninguém precisa mais do que isso.

Alguém critica isto: “*Dados do DIEESE?!*” Quantas vezes já denunciemos isso aqui? Eu sei, Zanatta, que a sua cooperativa não vende; eu sei, Elton, que o seu engenho não vende. Mas está aqui o DIEESE: o preço médio de maio, em 17 capitais brasileiras, era 52 reais com 11, José Carlos Vaz. E façam a conta lá com a CONAB: são 52 reais que o consumidor está pagando por 30 quilos de arroz — 1,7 ou 1,8 reais o quilo. Sabe quanto está pagando o produtor? Trinta reais. E o miserável vende o arroz a 15 ou 16 reais! Quem é que está ganhando esse dinheiro? Isto aqui faz parte da conta da inflação. O Governo usa esses dados do DIEESE. A média, de janeiro a maio, é 54 reais; a média de maio é 52 reais. Eu sei que algumas indústrias não vendem isso, mas é a média do DIEESE que o Governo usa para fazer inflação. Está aqui, é o DIEESE, são dados oficiais! Não fui eu que chutei, certo?

Isso tem saída, tem jeito. Do que precisamos? Decisão, e urgente; ou então devemos dizer: “*Não vai mais acontecer nada. Tchau para ti. Morra quem tiver que morrer. Dane-se! Pronto, no ano que vem não sei o que vai acontecer.*”

O fundamental, Gilson, é a dívida: nós temos que resolvê-la. Precisamos dar um jeito de chegar aos bancos particulares, aos bancos de fato. Precisamos fazer o que o

Banco do Brasil fez. Não adianta aquela Resolução nº 3.772, não resolveu o problema. Os bancos estão ferrando os caras todo santo dia! É notificação, é cartinha... Eles não querem saber se o arroz está 10 ou 15 reais. “*Não interessa. Venda e pague. Se não tem, tchau para ti. SERASA e CADIN para ti.*” A dívida é urgente, e essa questão da subvenção mais urgente ainda. Quanto à decisão para fazer isto, nós temos que ver quem pode decidir. Se não se decidir, está bem, está feito o negócio, não temos o que fazer. Tem que haver decisão para esses dois mecanismos, neste momento. Depois, aí sim, trabalha-se o estrutural...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - ... para podermos resolver essa questão fundamental. E o estrutural inicia-se pela carga tributária e pela questão do MERCOSUL. Aqui nós matamos a charada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Obrigado, Deputado Luis Carlos Heinze.

Na sequência, o Deputado Jerônimo Goergen, que também atua na área da agricultura.

O SR. DEPUTADO JERÔNIMO GOERGEN - Quero saudar o Deputado Afonso Hamm, que preside esta reunião, quero cumprimentar o Renato e quero dizer ao Sílvio, ao Zé Carlos e ao Gilson que, quando vocês falavam, era possível ver que a reunião estava mais amena. A fala de nós todos, seja de quem defende o Governo, seja de quem é Oposição — e as faces de vocês, os olhares —, demonstra a preocupação que o setor inteiro tem.

Nós estamos diante de três técnicos altamente qualificados, que têm limitações para poder tomar decisões. Deputado Afonso Hamm e Onyx Lorenzoni, que propuseram esta audiência — e nosso querido Presidente esperou e, ao estilo dele, até fez uma brincadeira que é uma verdade —, penso que o remédio tem que ser dado para o doente, não para o enfermeiro. É deste que estamos tratando neste momento. Temo que esta reunião se conclua e nós percamos, com esta mobilização, feita mais uma vez, a grande oportunidade de termos uma agenda posterior. A reunião termina daqui a pouco, terminam as nossas falas, nós vamos para o plenário. Os mecanismos foram anunciados, atingindo ou não seus objetivos, e nós não temos o passo seguinte. Eu gostaria de seguir na linha de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Deputado, desde o início nós

encaminhamos nesse sentido. Estamos tirando os encaminhamentos e vamos fazer um fechamento. Fique V.Exa. até o fim.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Vou dizer aquilo que defendo, justamente nesse sentido. Não se preocupe, Deputado. Não se trata de crítica, mas apenas uma constatação.

Gilson, José Carlos, Porto, basta andar lá no Rio Grande do Sul — o mesmo ocorre em Santa Catarina e no Paraná — para se verificar isto: o que estamos representando aqui é uma realidade econômica nossa, a realidade do nosso Estado, que tem, especialmente na metade sul e na fronteira, a sua vocação econômica e produtiva. E já fico pensando como vai ser a safra que vem. Muitos já falaram sobre isso. Tudo que nós produzimos na próxima safra, meu caro Cláudio, Presidente do IRGA, vai ser mais excedente de produção e mais problema. Essa é a grande preocupação. Hoje lá se estimula a não produzir. Daqui a pouco, lá na frente, faltará. Desorienta-se a produção como um todo.

Vou insistir, como forma de encaminhamento, Deputado Afonso Hamm, num tema de que pouco ouvi falarem. Não é invenção minha, isso veio lá da COSUEL, durante a SUINOFEST — e está aqui o Folador, Presidente da ACSURS. A indústria de suíno e frango do Rio Grande do Sul consome 2,5 milhões de toneladas/ano de milho. A indústria já disse: se houver um mecanismo que use esses recursos, que estão sendo anunciados de uma maneira incipiente ou ineficaz, que se crie o mecanismo para fornecer arroz diretamente para a indústria de carne suína ou avícola, conforme já está sendo usado. E vejam o pior, meus queridos amigos que vêm de Camargo e do Alegrete: está sendo comprado do produtor pelo preço que está no mercado, um preço baixo. Nós poderíamos compensar aquilo que não pode ser dado como preço meta, com um mecanismo de transação interna entre a nossa indústria de suíno, de frango, de pecuária e de arroz, e resolver o problema das duas cadeias.

Aliás, o Folador está aqui. Queremos conversar com o Zé Carlos, Deputado Bohn Gass, porque os anúncios feitos há 15 dias não se concretizaram. Nós precisamos implementar isso.

Portanto, insisto em que o Governo nos dê uma posição. Em vez de atirar água numa chapa quente — que é mais ou menos o que estão parecendo esses mecanismos, Gilson —, que tenhamos um mecanismo que permita a solução para esses dois setores, o setor de carne e o setor do arroz, pelo menos neste momento, para amenizar a crise.

Quero fazer também um alerta, Cláudio — meu querido Batata, difícil não chamá-lo de Batata. Não vou levar para o campo político. O Governador — este é um tema do Rio Grande, Presidente — recentemente anunciou que quer criar uma complementação ao Bolsa Família: 50 reais a mais por família, para quem tiver um filho num curso de qualificação de mão de obra. Vamos ser coerentes! O Rio Grande do Sul está hoje votando um pacote de aumento disso e daquilo! Que o Governo avalie pelo menos a possibilidade de incrementar, não em dinheiro, mas alguma ação que contemple a lavoura. Que seja o produto, que seja o trigo, que seja o arroz!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Já vou encaminhar, Deputado Afonso Hamm.

Faço esse encaminhamento não como crítica política, mas como encaminhamento sério a ser levado ao Governo do Estado.

Apenas na Comissão de Agricultura, nesses últimos dias, nós estivemos em duas audiências com a bancada gaúcha. E tratamos no MDIC com o nosso Vice-Ministro, o Secretário Alessandro Teixeira. Renato, duas vezes o Ministro disse que esse problema da lavoura brasileira não é um problema de relação comercial, de comércio exterior. Isso nos deixou um pouco chocados! Por mais que compreendamos que não o seja, em números, mas o efeito psicológico que isso tem dentro do mercado... Nem é a entrada física do produto, mas é a possibilidade dessa entrada por preço menor que ajuda a derrubar o nosso preço aqui. Andei pelo meu Estado, juntamente com vários Deputados daqui. A pressão é muito grande, desesperada, às vezes.

Deputado Afonso Hamm, quero comunicar que já está pronto o requerimento — e o Presidente Sperotto acabou de dar uma olhada final: começo a colher hoje assinaturas para uma CPI do MERCOSUL. O MERCOSUL é muito bom para o Brasil, mas a economia produtiva, o setor primário do nosso País — especialmente no Rio Grande do Sul, que agrega ainda a indústria de máquina, de móvel, de calçado — é um setor que tem pago muito caro por essa conta. Eu gostaria de que houvesse o envolvimento e o apoio da Comissão de Agricultura, para que revejamos esse acordo, para que possamos forçar o nosso Governo a mudar aquilo que está sendo injusto para a economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Agradecemos ao Deputado Jerônimo Goergen.

Com a palavra o Deputado Alceu Moreira, do PMDB do Estado do Rio Grande do

Sul.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Primeiro, eu gostaria de cumprimentar todos pela oportunidade do debate, mas é bom deixar claro o seguinte: se temos um problema com essa gravidade e não temos solução, se não temos solução nenhuma, apesar de todos os remédios aplicados, alguma coisa está muito errada. Vemos ali o Spolaor. Neste momento, lá no Rio Grande do Sul, seguramente há pessoas matando as matrizes da suinocultura. Fumicultor abandona a terra e vai embora. O arrozeiro está insolvente. Algo não está bem neste País maravilha, há algo errado no processo.

Do ponto de vista estrutural, há uma palavrinha mágica: planejamento. Há fundo de equalização para tudo neste País, só não para a agricultura. Seria até bom um fundo que garantisse — aliás, estou fazendo um estudo com as entidades agrícolas, para elaborarmos uma legislação —, que pudesse dar a uma cadeia produtiva um ciclo de garantia de cinco anos ou dez anos de planejamento, com um fundo de equalização. Quando o arrozeiro tiver um lucro maior do que a garantia, coloca dinheiro no fundo; quando tiver um lucro menor, garante-se a vida. Mas hoje o que temos lá são arroseiros insolventes, pessoas que não poderão voltar.

Eu gostaria de dizer o seguinte: estou vendo os meus queridos companheiros fazendo um esforço danado para explicar tudo que o Governo já fez. Posso dizer-lhes, com toda a franqueza, que estou convencido de que qualquer um não poderia fazer nada mais do que já fez. Sabem por quê? Porque nós temos duas realidades neste País. Primeiro, nós temos uma população eminentemente urbana, para um País rural. A massacrante maioria pensa com a cidade; só come, mas não pensa nem a agricultura nem a pecuária. A outra questão é que a agricultura — como saúde e qualquer outra coisa — não se resolve nos Ministérios: resolve-se na Fazenda. Quem manda está lá.

Portanto, Deputado Colatto, sem sombra de dúvida, o que temos que fazer mesmo é conversar ou com a Presidência da República ou com o Mantega. Não tenham dúvidas de que, para a situação que enfrentamos agora, querendo ou não, a salvação é a subvenção — se é que ainda querem salvar algo. Não há outro jeito. Esse cidadão não sai mais de onde está, não tem como fazê-lo. Mesmo que receba remédio agora, a maioria já morreu. O falecido já vendeu arroz a 15 ou 16 reais, não tem mais como sair disso. É preciso discutir imediatamente como fazer, com a dívida e com a subvenção, para que se dê sobrevida a ele, para que ele esteja pelo menos em condição de plantar no ano que vem.

Tenho muita preocupação em relação a esse processo. Tenho participado de todas

as reuniões. Se eu pudesse gravar os discursos do Renato, certamente teria uma pilha de fitas para encher armário, com todas as gravações das vezes em que ele lutou para falar sobre a questão arroseira. Mas saio no interior do Rio Grande do Sul, e o arroseiro diz: *“Quebrei.”*

Portanto, pergunto: o Governo é totalmente desonesto e fez isso por maldade? Certamente não, claro que não! Todos se esforçaram para encontrar uma alternativa. E o produtor? E o cidadão que está lá com aquele monte de máquina velha, uma baita de uma dívida? Ele está pensando: *“No ano que vem, o que eu faço? Vendo melancia? Vendo cachorro-quente? O que vou fazer? Estou insolvente, não posso voltar, não tenho para onde voltar, não tenho mais nada.”* Em um ano, ele tem tudo; no outro, ele não tem absolutamente nada. Faliu. E há algo pior: faliu produzindo mais de 60 de grão inteiro, faliu produzindo mais de 300 sacos por quadra, faliu com o silo absolutamente cheio. Cumpriu tudo que poderia, da porteira para dentro, e quebrou. Como explicamos isso?

Tenham a santa paciência! Não há como explicar isso, por mais que sejamos generosos e educados. Não há como explicar! O cidadão não explica para a família dele, tem vergonha dele mesmo: *“Eu aprendi como fazer controle de praga, controle de erva, manejo de solo, manejo de água, armazenamento. Eu aprendi tudo que se poderia aprender no arroz. Eu produzo uma quantidade de arroz que, em qualquer lugar do mundo, iguala-se à nossa. Eu produzo tudo que posso. Mesmo assim, com todo o sucesso, com tudo que fiz, com o labor e o meu conhecimento, quebrei.”* Isso não existe, com todo o respeito! Estamos matando a galinha dos ovos de ouro!

E esse cidadão é que é capaz de fazer a economia. Mesmo com os malfadados planos econômico, ao longo do tempo, eles fizeram a moeda verde nascer do chão e repuseram de pé este País. O PIB brasileiro se alicerça na produtividade primária. Nasceram moedas em alguns lugares, três ou quatro vezes por ano, e nós estamos matando o nosso produtor, fazendo remendo de solução aqui ou ali, por não termos condições de fazer planejamento.

Portanto, meu ilustre Deputado Onyx Lorenzoni, quero concluir pedindo que, neste momento, demos um jeito na dívida e façamos a subvenção. Passem a borracha nessa safra, para nunca mais lembrarmos disso, porque essa é uma desgraça que não tem tamanho. E vamos começar agora, para que antes de dezembro, quando a safra já estiver plantada, saibamos o que o produtor vai colher no futuro.

Renato, tenho dificuldade de imaginar como é que um banco público chamado Banco do Brasil, com toda a tradição que tem, financiou o cara, quando sabia que não

poderia pagar. E o grau de risco? O sistema financeiro tem que ter um grau de risco. “*Eu vou deixar ele plantar e vou financiar, mas sei que o arroz dele vai sobrar. Ele não pode pagar.*” Mas que coisa, que absurdo é esse?!

Sem sombra de dúvida, quero convidá-los — e quero participar, com o pouco que posso — para a construção de um planejamento de curto, médio e longo prazo, a fim de garantirmos que o produtor primário tenha vida, senão vamos acabar mergulhando em uma grande crise. No dia em que não tiver a moeda verde, a geladeira vendida para Buenos Aires não salva, os carros todos não salvam, nada mais salva: o que salva é esta moeda produzida a partir do chão! Não é manufaturado, não é produto transformado, não é produto terceirizado: é o produto primário que tem salvado o nosso País.

É com tristeza que faço este desabafo. Para quem veio da roça, veio do cabo da enxada, ver um produtor com lágrimas nos olhos, chorando, pensando em se matar — “*Vou tirar a minha própria vida, porque não sei o que fazer. Não posso pagar as minhas contas*” —, é tão doloroso! É tão triste uma coisa dessas! É inexplicável!

Não se quer fazer dramatização. Vão lá conversar com essas pessoas, para verem a tristeza profunda desses cidadãos, vendendo arroz a 15 reais ou 16 reais. Há produtores hoje vendendo mais caro a corriola do que o arroz inteiro. A sujeira do arroz está 17 reais, e o arroz, 15 reais. Eu nunca vi nada igual! Nem com muito suor no rosto e muito cérebro maldoso, propositado para fazer mal, consegue-se produzir uma desgraça tão grande como essa!

Queira Deus que possamos nos reunir logo depois, acertarmos essas duas soluções, a subvenção e a dívida, e possamos fazer uma proposta de planejamento que dê ao produtor o mínimo de segurança, para que ele não seja um aventureiro, um quitandeiro eventual, e possa ser um produtor que tem os pés no chão e a raiz no futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Obrigado, Deputado Alceu Moreira.

Com a palavra o Deputado Elvino Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Quero saudar o conjunto das entidades presentes, pela iniciativa de debatermos este tema e pelo tempo que todos estão dedicando para buscarmos alternativas conjunturais, mas também estruturais.

Gostei das falas e quero valorizar bem a presença do Governo. Em muitas falas,

dependendo de como são ditas, parece que estamos implorando um pouco da história e imaginando que a crise, como muito bem apresentado, é cíclica: ela apareceu sistematicamente, ela é recorrente e, vamos dizer assim, os Governos sempre tomaram medidas. Às vezes, as medidas tomadas foram para solucionar, mas, infelizmente, as medidas tomadas agora não estão atingindo efetivamente o desejado, que é uma reação de preço satisfatório.

Eu, por exemplo, tenho muita dúvida quanto a se colocar recursos hoje, para a subvenção. Que festa as indústrias farão! As indústrias, de fato, não precisarão pagar mais porque o Governo está pagando a parte que elas deveriam pagar.

Então, devemos olharmos um pouco essa parte histórica do tema e aqui não fazemos falas que parecem que se contrapõem ao Governo — que está anunciando medidas; que anunciou medidas; que colocou dinheiro; que já tem anunciado um encaminhamento concreto, a partir, inclusive, da continuidade das conversações, que, com certeza, será o encaminhamento feito aqui —, como se ele se apresentasse como se inimigo fosse.

Eu acho que esse é o debate mais profundo que nós temos que fazer, até por um respeito melhor entre nós e as pessoas que estão aqui representando um conjunto de políticas que já foram tomadas. É verdade que nós não conseguimos atingi-las, mas são outros fatores que interferem nessa questão.

Então, eu acho que esse é um tema importante para registrarmos, sob pena de até jogarmos fora, como se diz na gíria popular, água suja com a criança. Eu acho que é esse o esforço que se está fazendo. Nós temos que trabalhar juntos aqui, porque há um esforço muito grande de buscarmos superar temas estruturais. E, aí, eu gostaria de entrar nesses temas estruturais, que são indústria; terra e água; e mercado. São esses os três elementos.

Eu gostaria, sim, de ter a voz forte de todos nós, com a mesma força que muitas vezes é usada contra o Governo, em relação ao tema da indústria, ao tema do grande dinheiro que vai para quem é proprietário de terra e água. Nós temos também que tomar medidas sobre isso, como já foi anunciado aqui, e sobre o tema das grandes redes de supermercados.

Amanhã nós estaremos fazendo esse debate aqui, por uma proposição que eu fiz, depois respaldada e ampliada pelo trabalho não só da suinocultura, das carnes, que o Deputado Onyx apresentou. Amanhã nós faremos esse debate sobre as redes de

mercados, que hoje são os que impõem um regramento muito vigoroso sobre o tema da venda de carnes e desses produtos. Eles não baixaram o preço e impedem que possa haver um mercado consumidor brasileiro para essa demanda que hoje está retida, infelizmente.

Então, esse é o debate que nós temos que fazer. Para isso, eu quero, inclusive como um dos encaminhamentos, que uma das medidas tomadas seja que pensemos conjuntamente como agir, até para termos um tensionamento sobre essa parte.

O terceiro aspecto sobre que quero insistir aqui é o multiuso do arroz, que acho que passa também a ser um tema importante. Nós tivemos a experiência da compra do trigo para uma situação emergencial no Rio Grande do Sul, por uma questão de estiagem. O Governo acabou comprando trigo para o trato animal — o que retirou o produto do mercado, permitiu uma reação do preço e resolveu o impasse que nós tínhamos à época.

Então, eu acredito que essa situação — o Deputado Jerônimo já colocou isso, isso já foi apresentado anteriormente e eu concordo com isso —, nós de fato devemos trabalhar. Nós temos ainda algum mercado externo que pode ser pesquisado, portanto, precisamos nos capacitar ainda mais do ponto de vista da tecnologia. Nós temos agora um mercado interno para tratos animais, talvez com tecnologias menores, mas com produtividade. Então, os custos também são menores, porque não podemos imaginar um custo com alta tecnologia para o trato animal. Eu acho que esse é um tema que tem que ser pesquisado e trabalhado, mas acredito que essa é uma outra forma de também ampliar.

E, por último, eu acho que, além dos encaminhamentos, há o tema da compra pública. Agora nós acabamos de aprovar a medida provisória sobre as compras do ponto de vista do tema da solidariedade internacional, que acho que também vai interferir. Portanto, há um esforço que está sendo feito para comprar, para retirar do mercado e fazer reagir o preço.

Agora, também é verdade que nós precisamos ter um planejamento produtivo. Essa não é apenas uma obra do Governo; é obra do Governo com as entidades e com os produtores. Em relação ao planejamento do ponto de vista da quantidade de produção, se há um excesso, é óbvio que, pela lei da oferta e da procura, sempre haverá minimização do preço. Então, eu acho que é um tema importante.

Mas eu quero insistir aqui que a presença do Gilson, do Vaz, do Sílvio, das entidades é importantíssima na construção e busca de soluções que o Governo está

fazendo juntamente com os produtores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

Com a palavra o Deputado Paulo Cesar Quartiero.

O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO - Boa tarde a todos.

Pela conversa que tivemos aqui, todo mundo concorda que nós produtores de arroz — eu me enquadro no meio —, estamos num impasse, num dilema: de um lado, se produzimos, temos prejuízo; de outro lado, se não produzimos, outro vem e ocupa o mercado.

Isso foi visto lá em Roraima, onde nós tínhamos uma pequena área plantada, mas eficiente, que abastecia o Norte do País com produto de qualidade. Nós estávamos capitalizados; não dependíamos de banco; e, praticamente, o produtor tinha terra própria. Mas fomos atropelados pelo Governo Federal naquelas questões demarcatórias de áreas indígenas, e hoje a nossa produção caiu pela metade: surgiu a figura do arrendatário, que antes nós não tínhamos; os remanescentes perderam área e tiveram que arrendar área e tal; e nós nos descapitalizamos.

Como a produção caiu pela metade, houve então a hipótese de que o preço iria, pelo menos, melhorar. Mas ocorreu o contrário, comprovando o que foi dito aqui, acho que pelo companheiro CONTAG: realmente, se deixarmos de produzir, alguém vai entrar no nosso lugar.

Agora nós estamos numa situação em que temos hoje de recuperar o que perdemos — que foi a nossa estrutura da produtiva —, num ambiente de preços deprimidos. Roraima foi penalizada e os produtores de lá estão numa situação que, se antes era cômoda, hoje passou a ser aflitiva. Entramos no comum de todo mundo, numa dificuldade muito grande.

Nós vimos, até pela conversa do Schardong e dos outros, que há os acordos internacionais, que não podem ser mexidos; há a arrecadação de impostos, que não pode ser diminuída porque eles têm que sustentar o Governo, no caso, o Estadual e o Federal; há os bancos, que não podem perder e cujo lucro foi mostrado; há as redes comerciais; há os grandes grupos de atacadistas, que estão se concentrando cada vez mais; há a indústria, que tem que se manter; há a figura do arrendamento, que agora existe em Roraima também e tem que ganhar; e, no fim da linha, há o produtor. Evidentemente, é uma situação que não tem muita solução.

Quanto ao produtor, além do custo mais alto — porque quase pagamos o *diesel* mais alto do mundo, os produtos agrícolas, como foi demonstrado aqui exaustivamente — , ainda entra a questão ambiental. Agora nós temos que pagar não sei a quem para termos uma licença para produzirmos e para termos prejuízo. Além de termos de brigar, temos a questão trabalhista também.

Eles entendem que nós estamos numa Suécia, numa Suíça, ganhando dinheiro a rodo, e que queremos explorar o trabalhador. Imagina! Até estiveram na minha propriedade que estou abrindo e consideraram as instalações anti-humanas, que não podiam ser usadas — e são as instalações que uso, quando vou lá com minha mulher e com meus filhos,.

Enfim, temos também a questão do arrendamento, que é uma questão séria. E o Governo, através da questão de área de reserva legal, vem requisitar 20% da propriedade de quem tem área própria. Eu não sei se, de repente, estão querendo testar a nossa capacidade de resistência ou testar a nossa paciência, mas parece que as sete pragas do Egito se abateram sobre o setor produtivo do arroz.

Todo mundo está aí querendo preservar o seu — e o agricultor é o último da linha. Evidentemente, o arroz, o produto gerado não aguenta toda essa gente. Eu até tenho admiração pelo setor, pois não sei como ele consegue se manter, apesar desse ambiente tão adverso. O milagre é que, realmente, no caso do Rio Grande do Sul, nós saímos de 5.500 quilos por hectare para 7.600, num exemplo de eficiência e produtividade. Mas esse aumento de nada serviu para o agricultor, ao contrário, serviu para enriquecer...

Eu não tenho convicção nenhuma. A convicção é de que o grande vilão nessa história toda chama-se Governo Federal. Esse é o grande vilão, é o que fica com quase toda riqueza produtiva do País, não só na questão do arroz, que é a mais aguda, mas em todas as outras atividades também.

Era isso o que eu gostaria de dizer. Espero dias melhores, não é, Presidente Onyx Lorenzoni?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Obrigado, Deputado Paulo Cesar Quartiero.

O último Deputado inscrito é o Deputado Homero Pereira.

O SR. DEPUTADO HOMERO PEREIRA - Quero somente justificar a minha ausência, Presidente. Eu estava presidindo a Comissão que trata da aquisição de terras por estrangeiros e não pude participar desde o início aqui, compartilhando com

companheiros que já conhecemos de outras lides, como o José Carlos, o Gilson, o Sílvio, dessa batalha da questão do endividamento. Esperamos que, com esta Comissão, possamos encontrar um norte definitivo.

Sempre dizíamos que, lá no passado, as medidas que estavam sendo tomadas eram importantes, porque tiraram o volume do endividamento, que diminuiu muito no País. Porém, eram medidas paliativas, ficaria gente de fora. O nosso custo de produção continua sendo elevado, ainda pagamos os maiores juros do País. Mas eu espero essa perspectiva de um bom momento para a agricultura e a pecuária brasileira nos próximos anos. Se tomarmos medidas efetivas, conseguiremos solucionar de vez essa questão do endividamento. Desde muito tempo a gente vem trabalhando, motivo de grandes protestos que já fizemos aqui. E ficamos frustrados muitas vezes.

Na semana passada, tivemos uma audiência pública. Estava aqui um representante da CONTAG. E ele dizia exatamente isto: mesmo o pequeno produtor que teve acesso ao PRONAF, pagando juros ainda subsidiados, não tem renda suficiente e está inadimplente.

Além da questão social, há uma questão econômica embutida. Então, espero que esta Comissão possa, efetivamente, tentar oferecer, em parceria com o Governo, um norte para solucionarmos definitivamente o endividamento da agricultura brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Obrigado, Deputado Homero Pereira. Agora, vamos à Mesa, passando a palavra ao Presidente da FEDERARROZ, Renato Rocha.

O SR. RENATO CAIAFFO DA ROCHA - Sr. Presidente, antes de fazer as colocações finais, quero agradecer aos Deputados Afonso Hamm e Onyx Lorenzoni, que foram os propositores, a todos os Deputados que fizeram a manifestação favorável no sentido de sensibilizar os Ministérios da Agricultura, da Fazenda, e a CONAB, que estão aqui.

Para encerrar, eu gostaria de colocar algo para a Agricultura, a Fazenda e também a CONAB. Não vou me reportar às questões pontuais que foram levantadas aqui, mas quero colocar como depoimento final o que estamos passando e o que é preciso.

Em primeiro lugar, a situação da lavoura de arroz, da rizicultura, é uma questão suprapartidária de sobrevivência do setor. Tenho certeza de que todas as entidades e pessoas que estão aqui contribuindo nesta Comissão de Agricultura, nesta audiência, têm

boa intenção, vêm dar a sua contribuição para subsidiar o Governo, para resolver o problema.

Quero reconhecer também aqui a boa vontade do Governo. Muitas medidas foram tomadas no sentido de conter, resolver a crise, de elevar preço, de fazer chegar o preço mínimo ao produtor. Mas nós temos que fazer uma análise do que vem acontecendo. Isso não é uma coisa de agora.

Vejam bem, os técnicos do Governo que estão aqui: isso não é só problema do arroz. Nós viemos aqui. Eu vim trinta vezes aqui. Toda vez que venho, trago um documento assinado por mim ou por outras entidades — FARSUL, FETAG, protocolo nos Ministérios. Apresentamos esse documento com conhecimento e vivência que temos no setor. Pouquíssimas vezes nós temos retorno dessas demandas nos Ministérios e nos órgãos em que nós protocolamos neste Governo. Pouquíssimas vezes temos retorno, sequer temos retorno formal.

O Governo colocou várias medidas, pacote de recursos bastante considerado. Nós reconhecemos, mas o Governo está deixando... Eu vi as entidades que estão lá no interior com os produtores, que conhecem a realidade da cadeia produtiva de todas as questões que foram levantadas aqui. Ele não chama, no momento de lançar uma medida, o pacote, para saber se essa medida vai resolver, se vai atender. Nós, como parte integrante da cadeia produtiva, também conhecemos a realidade e sabemos do que o produtor e o mercado precisam. Isso não é feito. Muito pouco é feito.

Outra questão que tem que ser levada em consideração: o Governo não avalia, após a adoção das medidas, o efeito no mercado, o efeito no produtor. Estamos no exemplo clássico de que os recursos que foram disponibilizados não trouxeram resultado ao mercado e à maioria dos produtores. E é dinheiro público que está sendo colocado, de cada um dos senhores! O Governo tem que fazer a avaliação do efeito das medidas. Não adianta chegar aqui, e todos foram categóricos na forma de colocar as medidas, as desculpas e as justificativas, mas elas não trazem solução para os problemas que estamos apontando aqui, cada um que se manifestou aqui.

Nós não avançamos. E amanhã estaremos de volta lá, e o produtor vai perguntar, assim como o João veio me perguntar: *“Eu quero vender o meu arroz, pegar preço mínimo, qual é a medida que eu tenho?”* *“Eu não tenho armazém credenciado, nem na minha propriedade, nem no meu Município, nem na minha região. Não tenho como fazer AGF, não tenho como fazer contrato de opção, como é que eu faço para pagar o banco? Como é que eu faço para pagar meus empregados?”* Nós vamos cair na mesma.

O Governo precisa fazer análise do efeito, da abrangência e do impacto das medidas e reavaliá-las, para que as próximas medidas possam realmente surtir esse impacto.

Desculpem-me o que colocaram aqui. Estou sendo muito franco. Não está havendo da parte do Governo essa sensibilidade, essa avaliação. Não é chegar aqui e colocar de forma muito categórica. O Governo anunciou isso e anunciou aquilo, e está resolvido. Não, não está resolvido. Vamos olhar o amanhã, o depois de amanhã. Isso não está sendo visto, não está sendo feito pelo Governo, não estão resolvendo os problemas.

Nós não estamos aqui de brincado. Trabalhei uma semana para fazer esta apresentação e mostrar da melhor forma possível aos senhores a realidade que está acontecendo lá. E não vejo nas medidas que foram adotadas aí. Com exceção do pequeno grupo que vai conseguir acessá-las e continuar acessando a AGF, o contrato de opção, a maioria, que são os pequenos e médios produtores, não vai conseguir acessá-las.

É preciso, senhores, haver uma análise do Governo, do pacote, das medidas, do impacto, do resultado. Errar é humano, ninguém é infalível. Persistir no erro é burrice.

E quero dizer também que ser Governo é ouvir os anseios da sociedade organizada. E aqui está a cadeia produtiva do arroz no Brasil, aqui temos o Schardong, que é o Presidente, que tem a bíblia do arroz. Todos esses problemas estão sistematizados. Um grupo de trabalho foi feito lá na cadeia produtiva. Todos nós soubemos, há 30 anos, e o Schardong resgatou isso, do problema da lavoura. Existe um diagnóstico de qual é o problema do Brasil.

Ser Governo é atender às expectativas da sociedade organizada e trazer solução para os problemas. Isso que é, em nosso entendimento, ser Governo, com todo o respeito que temos por todos aqui. Em nosso entendimento, se não for feito isso... Nós temos reunião na sequência. Eu apelo para a sensibilidade dos técnicos que estão aqui, dos Ministros, e já viemos várias vezes aqui: deixem a questão política e a partidária de lado, e vamos trabalhar no foco da solução dos problemas.

Solução para armazenagem, Sílvia, solução para armazenagem. O produtor não tem armazém. Como é que ele vai acessar a AGF? Como é que ele vai fazer opção? Que culpa tem o produtor?

No que diz respeito ao adiamento dos vencimentos, Gilson, o produtor vai ao banco e não vai conseguir prorrogá-los, é caso a caso. A Resolução nº 3.772 é de 2009. Chega

ao banco, e não há como prorrogar, é caso a caso, e não há como prorrogar. E vai fazer o quê?

Isso já está acontecendo. Isso aqui nós já passamos para todos produtores. É uma ferramenta que o produtor pode utilizar. Isso não está acontecendo na prática também. Se não vier uma medida, do Conselho Monetário, automática e abrangente, que equalize essa diferença do juro, não vai resolver o problema.

E a questão do prêmio e subvenção direta ao produtor. Como é que fica o produtor nesse pacote que foi anunciado aí? O cara que vendeu 80% da safra, Secretário José Carlos Vaz: *“Como é que eu faço? Contabilizei o prejuízo e qual é a minha situação, diante da supersafra?”*

Nós temos que reconhecer que as medidas não contemplam o atendimento da solução da crise, do problema. E precisamos que o Governo tenha sensibilidade, ouça-nos mais, consulte-nos. Toda vez que nos chamarem, nós vamos vir aqui, mais 10, 20, 30 vezes. Mas eu acho que tem de haver mais diálogo, mais entrosamento. E o mais importante de tudo: fazer análise do efeito das medidas no mercado e para os produtores. Senão não vai valer o dinheiro público que está sendo investido.

Quantas mil horas de reuniões nos já tivemos com todos os senhores na tentativa de resolver o problema? Nós precisamos de resultados. E para isso nós nos colocamos à disposição.

Desculpem-me o desabafo, mas eu acho que passa por isso aí também. Que os técnicos levem isso para os Ministros, o que nós precisamos. Mais uma vez amanhã temos outra reunião, para trabalhar outras questões também que possam resolver o problema dos pequenos e médios produtores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Em algum momento nós temos que fazer o encerramento. Mas eu quero fazer também um encaminhamento e, se possível, obter a concordância dos nossos ilustres convidados que tiveram oportunidade de falar. E agradeço àqueles que não puderam e não tiveram a oportunidade de usar um pouco mais a palavra. É difícil dar oportunidade a todos, mas acredito que nós conseguimos fazer uma audiência de qualidade. Contamos com a presença de mais de 30 Parlamentares. E até quero que depois conferissem quantos foram os Parlamentares que estiveram presentes, a grande maioria no primeiro momento, com todas as atividades que temos aqui na Câmara. Esse é um tema de responsabilidade de todos nós. Portanto,

obtivemos a efetiva participação, com as contribuições, que são importantes.

Eu pedi para chamar o Moisés. Eu anotei vários pontos de contribuição que são efetivos. A solução para um setor não vai vir de um dia para o outro ou de uma noite. Agora, ela tem que vir, e há ações de curtíssimo prazo. E aqui elas foram ditas e enumeradas. Elencou-se, inclusive, alguns caminhos, sendo alguns mais estruturantes. Falou-se muito sobre esse aspecto.

Nós temos a formação de uma comissão. Fala-se muito que quando não se quer resolver, forma-se uma comissão. Mas não é esse o objetivo, até porque estamos tratando aqui com competências, com ações e atribuições de competência e de responsabilidade de todos que fazem parte desse contexto, até pela expectativa. E o Renato Rocha falou da expectativa e da esperança do agricultor, em especial o produtor de arroz, pois é nele que arrebentou a corda.

Acho que todos nós temos feito as nossas manifestações. Em seguida eu garanto a palavra, um, dois minutos, para arrematar, mas eu quero dizer que nós vamos fazer uma síntese.

Um encaminhamento eu gostaria de fazer. Eu faria uma solicitação. Existe a formação de um grupo técnico, mas nós, com a colaboração da Comissão e com a nossa participação política, temos de ter inserção nesse grupo, aqueles Deputados com conhecimento de causa. E me incluo como um deles, porque sou produtor e também líder classista no setor e Deputado Federal. Na verdade, pelas falas nós percebemos inclusive contribuições e definição dos eixos de atuação.

Quanto à armazenagem, foi dito que há uma certa flexibilização, ainda não suficiente, mas também os armazenadores não querem se credenciar. Nós vamos ter que ter uma política efetiva de estímulo e de compromisso. Nós vamos ter de buscar o compromisso da habilitação e o dimensionamento quantitativo da capacidade de armazenar. É possível construir isso. Claro que isso é possível e necessário, e há prazo para isso acontecer.

Foi falada aqui a questão talvez mais urgente da subvenção. Foi mais enfático o Deputado Luis Carlos Heinze, no sentido do que nós entendemos que tem que vir, tem que existir. O Governo diz que não, mas tem que haver um mecanismo outro para darmos um suporte ao produtor. Neste momento, não tem esse pensamento o Governo, mas é uma necessidade. Já se fez isso, inclusive aqui foi dito. Então, nós vamos ter que ter algum encaminhamento. Existe a câmara setorial. Nós temos essa capacidade de

construir. Nós estamos aqui para buscar isso.

Foi falado aqui na eliminação da condição tributária, que está acontecendo um exercício, que é complexo. Os Estados do Sul têm o maior reflexo neste momento. Vamos falar do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Está aqui o IRGA. O Presidente do IRGA representa aqui o Secretário, com que eu falei, o Luiz Fernando Mainardi, nosso colega e amigo lá do Município de Bagé. E ele disse que não poderia estar presente, mas está representado também politicamente. Com o Governador eu estive ontem lá no Palácio tratando de outro tema. Esse é um tema de importância.

Nós tratamos aqui, eu estava vendo só para algum indicativo, a questão alternativa, que foi falada com ênfase pelo Deputado Jerônimo, e também entraram as alternativas de uso estratégico para um período. Bohn Gass acho que também comentou isso.

Há como construir? Claro que há. Ninguém vai trabalhar em cima de um produto de constituição de alimento básico, de subsistência, de aspecto até de segurança alimentar, que é o arroz da cesta básica. Dadas as condições, nós temos que criar essas alternativas.

Abriu-se a condição das doações, o que aqui foi comentado também. Ajuda. Nós estamos indo. E também foi mostrado um planejamento de médio e de longo prazo. Quer dizer, para chegar a esse planejamento de médio e longo prazo, tem que vir o remédio de curtíssimo prazo.

Nós não vamos concluir? Vamos sim. Nós temos condição e capacidade de fazer encaminhamentos. Então, eu gostaria da credibilidade para fecharmos o relatório. Eu tenho junto com o Deputado Onyx a responsabilidade de fazer isso, junto com todos os colegas da Comissão de Agricultura. E aí quero perguntar ao Moisés se nós conseguiremos sintetizar, com a nossa colaboração, até a virada da semana, para fecharmos os indicativos e os encaminhamentos, e foram feitos vários aqui, para fazermos uma finalização com objetividade.

Sei que ainda há duas pessoas inscritas, dois Líderes inscritos, o Gilson pediu a palavra por parte do Governo e Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Eu queria ouvir o Gilson.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Queria ouvir o Gilson?

Deputado Luis Carlos Heinze, na condição de Presidente desta audiência pública, neste momento, tenho a obrigação de fazer encaminhamentos, porque se não fica vago.

Com esse propósito, nós temos a atenção e a participação de todos. Neste momento eu tenho a responsabilidade de fazer o encaminhamento objetivo, inclusive, isso foi aqui falado. Sendo objetivo, estou fazendo essa fala final, que é o eixo da nossa conduta, tirando todos subsídios dos representantes de Governos, das entidades. E nós temos condições de fazer um encaminhamento e de até estabelecer prazo. Não quis aqui ditar qual é o prazo. Talvez, o prazo seja amanhã, mas há condição de fazer, às vezes, em 24 horas. Agora, nós temos condições de estabelecer um cronograma que determine, inclusive, um horizonte de tempo para que possamos a cada ponto trabalhar esta questão. Sinto-me na responsabilidade de fazer isso junto com todos os colegas. Temos capacidade e vamos fazer isso.

Quero assegurar a palavra ao Gilson. Depois, se houver necessidade, nós finalizamos.

O SR. GILSON ALCEU BITTENCOURT - Obrigado, Deputado.

Sendo muito rápido, há três aspectos. Primeiro, efetivamente o Governo está acompanhado a situação e entende que ela é grave. Por entender que a situação é grave, o Governo vem agindo e agiu ontem com mais uma medida adotada, e ainda vamos ver os aspectos dessa medida em que estamos apontando uma produção de um déficit no mercado. Efetivamente, a ação do Governo está acontecendo, o Governo está sensibilizado e utiliza as suas políticas para tentar garantir o preço ao produtor.

Insisto: ontem mesmo, e aqui repassamos, anunciamos novas medidas a um custo de mais de 400 milhões de reais em recursos adicionais.

Segundo aspecto, acho que amanhã teremos condições de aprofundar um pouco mais as discussões de alternativas. Quanto ao uso que o Deputado Jerônimo coloca, sempre há preocupação do consumo brasileiro, mas se eu estou apoiando a exportação não há porque não apoiar o uso alternativo neste momento. Estou esterilizando o produto, acho que este ponto está colocado, como outros levantados aqui em que temos que equilibrar mais a oferta e a demanda.

Uma série de outras questões são colocadas. Talvez, amanhã, como o próprio Deputado Afonso colocou, poderemos aprofundá-las.

Um tema vale a pena reforçar aqui, até para existir uma voz contrária ao que está colocado. Temos que debater e discutir com o setor. E eu gostaria de lembrar algo ao Renato. Efetivamente, se pegarmos a pauta da FEDEARROZ apresentada no final do ano passado, veremos que atendemos num primeiro momento 80% e talvez, hoje, 100% das

demandas.

Concordo que a roda anda e a gente tem que buscar novas medidas, mas muito do colocado pelo setor vem sendo atendido. Eu acho que o ponto colocado, talvez de uma divergência — eu vou destacar aqui agora —, é a subvenção. O restante: os contratos de opção, AGF, o tempo que demorou, e não foi nem o problema econômico, não foi nem o problema de disponibilização de recursos, foi mais operacional do que uma questão de recursos. Estamos ouvindo e acompanhando a realidade do setor e, portanto, estamos fazendo uma ação adicional.

Quanto à subvenção direta, que está sendo colocada como uma alternativa, nós temos um conjunto de preocupações, e isso precisa ser colocado aqui no debate. Primeiro, numa subvenção direta, não se escoia o produto; o produto tende a ficar no mercado. Se eu substituo um contrato de opção ou um apoio à exportação ou de uso para outra alternativa, o produto continua no mercado. Se o produto continua no mercado, ele continua jogando o preço para baixo. E o problema que nós vamos ter não vai ser só nessa safra. Eu vou jogar o que nós temos de excedente agora no mercado para a próxima safra e já vou sinalizar para a próxima safra uma baixa de preço. Então, tem que se pensar no médio e longo prazo.

Segundo ponto, uma subvenção vai fazer com que aqueles que ainda não venderam passem a vender, forçando o preço ainda mais para baixo.

(Não identificado) - E quem já vendeu?

O SR. GILSON ALCEU BITTENCOURT - Vou chegar lá.

Terceiro, nós, Governo, temos a preocupação da subvenção em relação ao impacto e o que isso vai significar no futuro, não só para o arroz mas para o conjunto dos produtos. E vou dizer por quê. No arroz, nós estamos tendo uma dificuldade, mas, historicamente, a participação do Governo se dá com 10, 20, 30%, no máximo da produção. E se consegue equilibrar porque se regulam a oferta e a demanda em relação ao produto.

Uma subvenção passa a exigir do Governo uma intervenção de 100% da safra. Por quê? Porque a tendência é o setor empresarial — o setor industrial — absorver e passar a trabalhar com a subvenção. Então, não vai ser só agora com o arroz. Isso vai se reproduzir para outros produtos. Como as cadeias são dinâmicas, a coisa vai se perpetuando. Então, amanhã o setor industrial do arroz, do feijão — se é que dá para chamar assim —, o setor atacadista vão incorporar a subvenção e não haverá mais

preocupação em relação à oferta de demanda. Ele vai trabalhar com a subvenção, e o Governo vai ter que subvencionar 100% da safra o tempo todo.

Existe uma dificuldade operacional muito grande, principalmente em produtos que circulam. Houve aprovação e divergência em relação à aprovação da subvenção da cana. A cana é um produto que se colhe e vai para a indústria, não há meio caminho. Mesmo assim, não é uma coisa tão simples. Com qualquer outro produto com capacidade de armazenamento, daqui a pouco, paga-se um subsídio cinco vezes sobre o mesmo produto. Então, não é uma operação simples, e eu não posso analisá-la como um caso isolado neste momento. Eu tenho que analisar o impacto que ela vai trazer para o arroz no futuro, para o conjunto dos produtos e para a ação de Governo em relação à política de garantia de preço.

Concordo com a maioria das coisas. Nós temos que buscar alternativas imediatas. Quanto às dívidas, foi colocada uma série de questões. Amanhã talvez a gente possa aprofundar o tema. Há essas questões das alternativas. Temos que aprofundá-las. Amanhã acho que vamos poder aprofundar um pouco este debate e buscar soluções. Agora, em algumas questões temos de colocar o contraponto, senão passa a ser uma posição única, o que não é verdade. Existem implicações negativas, sim.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Eu vou conceder a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze, que quer exatamente fazer um posicionamento sobre a última fala, o que acho oportuno.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Gilson, a questão é a seguinte: é uma crise sem precedentes. Faz-se uma lei de 1º de março a 28 de fevereiro — arroz, safra 2010/2011. Pronto. Então, já há data para começar e data para terminar. Segundo, existe no Orçamento hoje mais de 5 bilhões. O algodão não está demandando, o milho não está demandando, a soja não está demandando. Qual é o produto? Arroz. Entendeu?

Vou dizer mais: não vai ficar no mercado. Não vai ficar por quê? Se eu pegar o arroz já vendido, já foi comercializado 50%. Esse cara vai apresentar nota do que vendeu para a cooperativa e para o engenho. Pronto.

Segundo, Elton, como o pessoal levantou hoje, no mês de maio, são de 610 mil toneladas. Esse arroz vai sair. Todos os meses ele vai sair, porque a indústria vai vender, e o supermercado vai comprar. Ele não vai ficar no mercado; ele vai andar no mercado.

Se eu vender 600, 700 mil toneladas por mês, se eu pegar Santa Catarina, que vai de 700 a 800 mil, vai andar em julho e em agosto. Cada mês vai vender um tanto. Sempre é assim e vai continuar sendo assim. Quer dizer, ele vai chegar aqui e vai ter um prazo para terminar. Eu não vou esperar para vender o arroz em fevereiro e também não vou querer vender para todo mundo, porque não vão me comprar o engenho, ele compra o que sempre comprou. Esse é o negócio. O que sair vai sair. Então, existe mecanismo de fazer funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Nós vamos ter que buscar.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Eu só quero dizer isso. Ele existe e não vai ficar no mercado. Ele vai vender todos os meses 1/12, pronto, é o que vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Às vezes, quando estamos querendo finalizar, não adianta finalizar mal, é importante também dar oportunidade. Como existe um ponto, vou conceder a palavra ao Sperotto, depois há duas intervenções para arrematar.

Eu só quero dizer que conclusão hoje efetivamente — nós vamos fazer alguns encaminhamentos — fica difícil. Agora, nós temos o eixo para trabalhar, e esse eixo para trabalho e ordenamento eu pedi. E temos condições de sintetizar o que aqui debatemos em 2 dias, com o consultor e com o apoio da equipe da Comissão de Agricultura. Coisa que geralmente levamos uma semana, até duas, vamos fazer em 2 dias aqui, para finalizar. E aí vamos, com as pessoas e com os Parlamentares que conhecem, consultando as entidades, fazer os pontos de indicativo para um conclusivo.

Deputado Sperotto, 2 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ SPEROTTO - Eu agradeço a oportunidade, vou usar meio minuto. Parabenizo todos os que participaram desse painel.

Fiquei pensando e vou voltar para casa pensando e acredito que todos nós tínhamos que pensar. O Brasil teve uma grande vitória ao ter José Graziano eleito Diretor-Geral da FAO. O problema que esse homem tem na mão é comida para o mundo, e nós estamos com a crise da fatura. Temos que, acredito eu, olhar esse processo e ir à Presidente da República para saber como podemos auxiliar o Graziano.

Só isso aqui. Tudo de bom para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Obrigado. Contribuição

importante.

Com a palavra Sílvio Porto, da CONAB, por 2 minutos, se possível.

O SR. SILVIO PORTO - Meu caro Presidente Sperotto, o nosso grande problema o senhor acompanhou: fizemos já o primeiro leilão, e o que deu? Zero de adesão. Faremos na quinta-feira mais um. Fizemos o ajuste que achamos ser possível. E qual é o nosso receio? Exatamente que dê vazão de novo, para que tenhamos de diminuir ainda mais a relação entre o produto que estamos entregando e o que queremos receber.

Eu pelo menos espero que isso não aconteça e que efetivamente tenhamos a contribuição do setor industrial do Rio Grande do Sul nesse sentido. Primeiro, porque esse produto vai para ajuda humanitária, não é para vender, não é para comercializar, é para tirar produto do nosso estoque público para auxiliar pessoas que estão passando fome. E é rentável o que estamos propondo. Não estamos querendo benesse de ninguém nessa relação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ SPEROTTO - Eu sempre ouvi dizer que uma vez citado tenho direito de responder.

Não fiz crítica no que diz respeito a procedimentos. Cheguei um pouco tarde porque eu estava na CONAB, justamente tratando desse quadro. A minha manifestação foi proativa. Temos que agregar essa nova posição que hoje existe para tomarmos decisão.

O SR. SILVIO PORTO - Aproveito a sua fala para dizer que instrumentos e medidas o Governo tem tomado, infelizmente algumas delas precisam de terceiros, e às vezes esbarramos nesses processos, nesses problemas. Efetivamente com essa questão das 500 mil toneladas, e houve inclusive proposta de que a aumentássemos, Deputado, concordamos e aderimos e virou lei, e hoje está permitindo que façamos isso. Então, acho que essa é a primeira questão.

Segundo, acho que existe um dado importante. Se 35% de produtores acessam crédito no Rio Grande do Sul, possivelmente, talvez não seja na mesma relação, mas não é gratuito que 65% sejam arrendatários. E aí temos um problema, de fato, que impõe uma realidade a que fica sujeito quem tem que buscar insumos. E aí não tem o que se fazer do ponto de vista, como foi dito aqui, de planejamento, porque muitos dos produtores, praticamente dois terços dos produtores, não pegam crédito e nós, portanto, não podemos limitar via uma política agrícola. A verdade é que aqui se trata muito mais de uma política agrária e de uma política de águas que de fato precisa ser tratada com a

mesma veemência que se trata a questão de mercado.

Por fim, para aqueles que dizem que temos a comodidade dos ares-condicionados, etc., eu queria dizer que, graças ao Governo do Presidente Lula, a CONAB existe. A CONAB estava, em 2002, até 30 de dezembro de 2002, para ser privatizada. Perdemos 2.200 funcionários na gestão do Ministro Pratini, Deputado. E recebemos uma rede estratégica de armazenagem em janeiro de 2002, com 36 unidades para o Brasil todo e com menos de 400 mil toneladas em estoque público.

Então, essa foi a realidade que vivemos lá atrás. Recompôr e refazer as coisas não é nem um pouco fácil; destruir, sem dúvida, é muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Eu só queria dizer que estamos criando um segundo debate e chamar à responsabilidade, sem chamar a atenção de ninguém.

O compromisso é de todos nós, de quem está do lado de cá da mesa, no sentido do Governo, e de quem está no sentido reivindicatório. Eu já fui, inclusive, assessor de Ministro, estando do outro lado da mesa e também construindo. E nós estamos num momento tão grave, tão grave — aqui muitos disseram isso e sou testemunha — que fazia muito tempo que eu não via mais de cem tratores lá no centro do meu Município, em Bagé. Esse é um movimento que se fez há muito tempo. Até se dizia que isso não cabia mais, mas, quando há um desespero de causa em relação a uma situação grave, isso nos remete a uma responsabilidade muito grande de todos nós.

Então, precisamos ter condição de construir uma interação. Eu sei que existe a crítica, que nós temos de dar liberdade para que todos possam falar aqui. Mas nós temos condições avançar ainda nas políticas; e eu tenho certeza de que nós podemos fazer isso através desse grupo, através das responsabilidades do produtor, que, nessa questão apontada aqui pelo Diretor da CONAB, também está sendo colocada — e há uma necessidade, não dá para atribuir tudo a isso também.

Então, nós temos de fazer a composição de uma grande equação que passa por várias equações derivadas. É a ela que vamos ter que chegar. É esse o nosso compromisso, é esse o nosso papel. Estamos trabalhando nesse sentido, aqui há convergência para se fazer esse trabalho. Dentro da própria audiência, do encaminhamento e do grupo, nós podemos trabalhar.

Acho que, às vezes, é interessante vermos o ponto de vista de um posicionamento do qual não temos clareza suficiente; entendermos por que razão ou quais são as razões

de haver uma interpretação de Governo ou de setor ou de produtor, o que seja. Mas nós temos que trabalhar na afetividade da mudança e da concretização do que queremos.

(Não identificado) - Presidente Afonso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Está inscrito antes o Bohn Gass... Eu já te passo a palavra, mas o Schardong pediu primeiro. Já passo a palavra para você. Eu só queria que nós ...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Olha aqui, o Colatto também pediu.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu queria ouvir o Dr. José Carlos Vaz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Ele vai encerrar.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Ele é o Secretário do Abastecimento e da Política Agrícola, mas não fala?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Não, ele pediu...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Mas existe a solução: é só a Presidente Dilma proibir as áreas consolidadas de várzea de plantar que está resolvido. Nós vamos ter mais arroz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Já foi colocado, Deputado.

Schardong com a palavra.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG - Só para esclarecimento, o proprietário do Rio Grande do Sul, neste momento, está em pior situação do que o arrendatário, porque os 35% do proprietário não são menores do que a área dos 65%. Quando se fala em 65%, refere-se aos produtores de arroz e não à área plantada. Não sei se todos concordam.

Então, tem que se cuidar quando for falar alguma coisa, principalmente no encaminhamento final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Bohn Gass está inscrito. Depois ouviremos o Presidente Renato e encerramos com o nosso Diretor José Carlos Vaz.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Nesse momento, quando o Sílvio fez uma observação sobre o histórico, fez uma observação em relação a essa fala. Na verdade, muitas falas aqui foram altamente desrespeitosas ao Governo — e aí a Mesa não tomou a

mesma atitude no sentido de fazer um comentário.

Então eu só queria, Afonso, dialogar contigo, no sentido de que é bom o que Sílvio colocou, porque a desestruturação outrora da CONAB está nos trazendo problemas hoje. E tomara que nesta Casa, nunca mais um Deputado desta Casa, que são tão defensores de que hoje o Governo coloque muito recurso, não destrua este Governo e que a vaquinha maltratada depois não vá dá mais leiteinho — e queremos muito leite dessa vaquinha.

Então, foi muito oportuno, Sílvio, porque lembraste esse tema da distribuição da CONAB em outras épocas.

Sobre o tema ambiental, eu só quero lembrar — e encerro com isso — que nós estamos resolvendo o problema da várzea exatamente para poder plantar arroz. Essa parte nós já resolvemos, agora, nós não queremos pegar uma imagem de pessoas do Brasil que agridem o tema ambiental, porque, se hoje nós já temos dificuldade no mercado lá no exterior, com certeza, agredindo o meio ambiente, nós teremos mais dificuldades lá fora, no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Não vamos entrar nesse tema que faz 2 anos e meio que estamos debatendo e ainda não resolvemos.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu fui várias vezes provocado, então tive que dar uma resposta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - ...porque mais uma vez, quando outros falaram... Eu me sinto prejudicado, Afonso, porque outros falaram do tema ambiental seguidas vezes, agora, só eu tenho a observação de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - É claro. Ajude-nos a encerrar.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Então, eu quero dizer que o Brasil tem que manter uma imagem positiva, não a de quem agride o meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Com certeza. Estamos todos na mesma direção.

Queria passar a palavra ao Presidente Renato, que é o penúltimo inscrito, e ao nosso último inscrito, o Dr. José Carlos Vaz.

O SR. RENATO CAIAFFO DA ROCHA - Só quero pegar um gancho no que o Sílvio colocou — já fiz a minha manifestação — sobre a questão dos 65% que estão fora.

Qual é a leitura que o Governo tem que fazer? Se 65% estão fora e apenas um terço está dentro, isso prova que a política agrícola precisa de ajustes — ouviu, Sílvio?

O SR. SÍLVIO ISOPO PORTO - Não são arrendatários somente. Não são os arrendatários. Há proprietário e arrendatário juntos.

O SR. RENATO CAIAFFO DA ROCHA - Não são só arrendatários. A política agrícola precisa de ajuste para incluir esse pessoal, esses produtores que estão fora. Tem que haver uma política agrícola também de inclusão desse pessoal que está fora.

Então, é só para colocar que está aumentando esse número — ouviu, Sílvio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Muito bem.

O Sr. José Carlos.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ - Senhores, atendendo à exortação do Deputado Collato, embora eu já estivesse inscrito...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Vamos só... Pediram para ouvir o nosso Secretário, então vamos ouvi-lo. *(Risos.)*

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ - Acho que, ao término dos trabalhos — o Presidente vai encaminhar —, não há dúvida nenhuma quanto à severidade da crise. Isso é consenso.

As pessoas aqui participaram de forma bastante produtiva e bem intencionada. Não podemos deixar de ressaltar, então, a seriedade dos produtores rurais, a vontade de fazer e de construir um Brasil cada vez melhor; mas também a seriedade das lideranças que estiveram aqui, das políticas institucionais; a seriedade das pessoas do Governo, do próprio Governo.

Vou reiterar, mais uma vez, o quanto o Governo está ciente da gravidade da crise e procurando produzir, colaborar com a construção de soluções.

Quero reiterar também que as ações que foram anunciadas ontem, somadas às anteriormente anunciadas, produziram efeitos. Se, efetivamente — e nós temos convicção com relação a isso — é preciso, para públicos que não virão a ser atingidos por essas medidas, produzir outras ações, o Governo está aberto à construção em consenso.

É preciso ter consenso quanto ao diagnóstico, quanto ao escopo da medida que quer se fazer e quanto ao resultado que se vai atingir, porque isso tem efeitos nas demais

políticas do Governo, nos recursos, no orçamento que se tem. Mas não há, da parte do Governo, nenhuma reserva em discutir e procurar implementar as ações que forem necessárias, desde que consigamos construir aquilo que foi bastante enfatizado por todos, que é o diálogo e o consenso.

Com relação à construção, amanhã nós começamos a discussão de um grupo técnico. Esperamos que façamos uma discussão bastante técnica, bastante fechada, objetiva e pragmática, para construir o que é possível no curto prazo — e o que parece impossível, nós, no médio e no longo prazo, tornarmos possível daquela forma ou de outra forma.

Para isso, só fazendo cada vez mais discussões, porque existem ene agentes da sociedade interessados nesse assunto, desde aqueles que estão diretamente interessados na situação econômica e social do produtor de arroz, até outros que estão preocupados muito mais em baixar o preço do arroz e conseguir uma solução diferente para suas vidas. Mas não vamos entrar nesse mérito. Há, portanto, ene interesses que têm que ser construídos.

Então, eu quero colocar isto: acho que foi um trabalho extremamente produtivo, Presidente, e que, da parte do Governo, todos os seus representantes se mostraram de forma uníssona, interessados em transmitir o recado do Governo de que queremos procurar uma solução.

As soluções que nós trouxemos até agora são robustas. Podem não ser suficientes, mas vamos discutir e achar formas de trazer suficiência para essas medidas. As soluções não devem ser só do Governo, porque os problemas não são só do Governo. Então, o Governo não quer ser impedimento, ele quer ser a solução. Mas não será ele sozinho quem vai conduzir as soluções. As soluções são de curto, médio e longo prazos, portanto, há que haver reposicionamento de todos e predisposição à construção por parte de todos.

Por último, quero reiterar, então, que o Ministério da Agricultura, na pessoa do nosso Ministro Wagner Rossi, se coloca como canal de interlocução com o setor produtivo rural brasileiro, na busca de soluções. O Ministro está tendo uma interlocução muito forte com o Ministério da Fazenda; há muita receptividade do Ministério da Fazenda a seus pleitos, bem como da Presidência da República e dos demais Ministérios que estão envolvidos. Então, o Ministério da Agricultura está permanentemente à disposição para construir esse diálogo e encaminhar as soluções.

O desafio é equilibrar a política agrícola com as demais políticas públicas, mas estamos à disposição para fazer isso. O Ministro está de portas abertas e receptivo para construir isso.

Obrigado a todos e obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos a presença e a participação de todos.

Damos por encerrada esta reunião, antes convocando os Srs. Deputados para participarem da reunião ordinária de audiência pública amanhã, para debater a crise enfrentada pelos suinocultores no Brasil e o embargo russo. Discutiremos essa questão amanhã, quarta-feira, às 10h, neste plenário.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.